



Rede
Rural
Nacional

2014

nº 5

Revista da Rede Rural Nacional

em Rede

Agricultura Familiar

Uma agricultura com rosto



Editorial

em Rede

As Nações Unidas declararam 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014), com o objetivo de reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais das agendas nacionais, dando visibilidade ao importante papel da agricultura familiar na sociedade e promovendo um alargado debate entre os governos, entidades públicas e sociedade civil que contribua para a valorização e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

A agricultura familiar é o modelo dominante na agricultura mundial, garantindo cerca de 70% da produção alimentar e assegurando emprego e rendimento a milhões de pessoas e gerindo grande parte dos recursos naturais do mundo. É também o modelo base da agricultura multifuncional da agricultura europeia, contribuindo para a produção de bens alimentares, para a preservação das espécies tradicionais, para a proteção da biodiversidade, desempenhando ainda um papel importante na sustentabilidade das economias dos territórios rurais, criando emprego, rendimentos familiares e fixação de populações.

Em Portugal, a agricultura familiar representa mais de 90% do número de explorações agrícolas e de 80% da mão-de-obra agrícola total, com uma forte implantação no território, particularmente nas regiões norte e centro do país.

Dado o relevante papel que a agricultura familiar tem a nível económico e social, Portugal não podia deixar de se associar às comemorações do AIAF, e por iniciativa do Ministério da Agricultura e do Mar, foi constituída uma Comissão de Honra e uma Comissão Executiva, com o objetivo de promover e divulgar as iniciativas da sociedade civil e das entidades oficiais desenvolvidas no âmbito destas comemorações.

A Rede Rural Nacional, integrou a Comissão Executiva do AIAF 2014 e cumprindo o seu papel dinamizador de espaços de reflexão e debate sobre temas pertinentes para o desenvolvimento rural, comprometeu-se a dedicar um número da revista "emRede" ao tema da agricultura familiar, contribuindo desta forma para o debate sobre a atual situação da agricultura familiar e os seus desafios futuros.

Com este objetivo, na rubrica "Políticas" apresentamos um balanço das comemorações do AIAF 2014, no mundo e em Portugal, e dados que permitem aprofundar a caracterização e evolução da agricultura familiar em Portugal, assim como das principais medidas de política comunitárias ou nacionais que se preveem implementar visando a promoção e a sustentabilidade desta agricultura.

Nos "Pontos de Vista" apresentamos diversos olhares sobre este tema: as relações da agricultura familiar com o território, o seu importante papel na preservação das variedades tradicionais e a opinião das principais organizações do setor agrícola – CAP, CNA e CONFAGRI sobre a realidade da agricultura familiar, os seus problemas e desafios e sobre as medidas de política.

Por fim, na rubrica "Iniciativas" damos visibilidade à história e realidade de agricultores, que preservam o seu património e desenvolvem as suas explorações agrícolas familiares, de norte a sul do Continente e nas Regiões Autónomas. Optámos por divulgar algumas empresas familiares que resultam da evolução de pequenas explorações agrícolas que ganharam dimensão económica e iniciativas de produtores que se organizam procurando assim aumentar a sua rentabilidade, marcando presença em novos e diversificados mercados.

Maria Custódia Correia

Coordenadora Nacional da RRN e Chefe de Divisão de Diversificação das Atividades Agrícolas, Formação e Associativismo / DGADR

EDITORIAL	Maria Custódia Correia	
AIAF 2014	AIAF 2014 Concurso de cartazes AIAF 2014	2
	Balço do AIAF 2014 em Portugal DGADR - Secretariado Técnico do AIAF 2014	3
	A FAO e o Ano Internacional da Agricultura Familiar Luís Durão	6
	Os Desafios da Agricultura Familiar na Europa e no Mundo Hélder Muteia	8
	O legado do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 e passos seguintes	10
	Cultivando a Esperança: Nações Unidas lançam série de selos	12
POLÍTICAS	Agricultura Familiar em Portugal: Esboço da sua importância e diversidade no limiar da década de 2010 Francisco Cordovil	13
	Agricultura Familiar: Uma história com passado, presente e acima de tudo, com futuro Assunção Cristas	22
PONTOS DE VISTA	Agricultura Familiar e Território: Geografias em metamorfose João Ferrão	24
	Agricultura Familiar e Dieta Mediterrânica Vitor Barros	26
	Agricultura Familiar: três perguntas Direção da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) Luís Mira (CAP) Francisco Silva (CONFAGRI)	28 29 30
	A Agricultura Familiar e a preservação das variedades tradicionais O caso das fruteiras do Algarve António Marreiros	32
INICIATIVAS BONS EXEMPLOS	<ul style="list-style-type: none"> • Grão a Grão • Falta formação técnica para criação biológica • Cooperativa Agrícola do Távora: de Moimenta para o mundo • Sem sonhos bucólicos, acredita na agricultura • Escoar produção é também um apoio social • Alfaces, cogumelos e milho em modo de produção familiar • Loures: entre o campo e a cidade, há uma pequena agricultura a mexer • Saiu a avô entrou a neta • Mudar de vida aos 50 anos • Unidos para escaparem aos intermediários • Salto qualitativo deu-se na quarta geração • Arregaçou as mangas para produzir legumes sem brilho 	34 35 36 37 38 39 40 43 44 45 46 47
LER / INTERNET		48



Distribuição Gratuita

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião da Rede Rural Nacional e do Conselho Editorial desta revista.

Ficha técnica

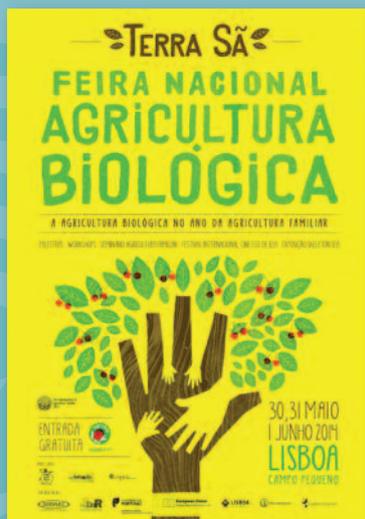
Título	EM REDE, Revista da Rede Rural Nacional
Propriedade	DGADR / Rede Rural Nacional
Editor	DGADR / Rede Rural Nacional
Conselho Editorial	DGADR / UC-ETA da Rede Rural Nacional (Maria Custódia Correia, Ana Entrudo, Maria José Ilhéu, Teresa Barata); DRAPLVT / representante dos PF-ETA da Rede Rural Nacional (Elizete Jardim); AG PRODER (Rogério Ferreira); AG PRORURAL (Maria José Aranda e Silva); AG PRODERAM (Henrique Seabra); Formiga Luminosa Construtora de Imagem / Paula Matos dos Santos.
Redação	Paula Matos dos Santos e autores dos artigos assinados.
Design	Formiga Luminosa Construtora de Imagem
Impressão	GIO
Distribuição	Rede Rural Nacional
Fotografias	Autores dos artigos assinados; promotores de iniciativas: Quinta Obras/Maria: Paula Matos dos Santos / Grão a Grão: Ulisses Lopes / Coop. Agrícola Távora: Cooperativa Agrícola do Távora / Caso Loures: Câmara Municipal de Loures / Caso Loures: produtora PROVE: Carmen Mouco / Quinta de Mafra: Luís Ramos, Nelson Ramos Dieta Mediterrânica: Município de Tavira. // Frase da capa: José Antonio Osada
ISSN	2182-8172
Depósito Legal	



1º Prémio
Câmara Municipal de Viana do Castelo



Menção Honrosa
Câmara Municipal de Viseu



Menção Honrosa
AGROBIO

Concurso de cartazes AIAF 2014

A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural criou um Concurso destinado a premiar o melhor Cartaz utilizado na promoção de eventos públicos que se inserissem na temática da Agricultura Familiar. O Concurso decorreu entre agosto e 15 de novembro e foram presentes a concurso 17 trabalhos. As entidades concorrentes foram as seguintes: Agrobio, Quercus, ATAHCA, ADREPES, Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (2), Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Municípios de Lagos, Monchique, Viana do Castelo (2), Viseu, Cuba e Oliveira do Hospital, Biblioteca Municipal do Sardoal.



Gráfico 1
Iniciativas Promovidas
(Total nacional até final de novembro de 2014)



Fonte: Site do AIAF 2014, DGADR.

Portugal, por iniciativa do Ministério da Agricultura e do Mar, veio, à semelhança de muitos outros países um pouco por todo o mundo, a associar-se às celebrações do Ano Internacional da Agricultura Familiar que decorreu em 2014, conforme Declaração das Nações Unidas.

Para o efeito foi designada uma Comissão de Honra constituída por altas individualidades, uma Comissão Executiva presidida pelo então Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural e que integra representantes das organizações setoriais, do desenvolvimento local e rural, dos organismos do Ministério da Agricultura e do Mar com atribuições na matéria, a Comissão Nacional da Unesco e representantes de associações científicas relevantes, tendo a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural sido incumbida das funções de secretariado técnico destas Comemorações. A Missão a que nos propusemos visava “suscitar junto dos parceiros e da sociedade civil a dinamização de iniciativas que valorizem e divulguem a Agricultura Familiar e as atividades destinadas a celebrar este Evento em Portugal”, em linha com os objetivos do AIAF2014 estabelecidos pela FAO. Ao aproximar-se o *terminus* deste Ano cabe dar nota pública da adesão verificada às comemorações levadas a cabo no âmbito do AIAF, que é assinalável por várias ordens de razão:

- grande diversidade do tipo de iniciativas levadas a cabo;
- cobertura geográfica de âmbito nacional;
- leque muito alargado de entidades promotoras de iniciativas;
- acesso muito significativo à plataforma informativa criada no site da DGADR Efetivamente, e até ao final de novembro 2014, foi referenciada a realização de 80 iniciativas (ver gráfico1), com largo predomínio de Debates e Seminários, que em muito contribuíram para o aprofundamento do conhecimento da realidade atual da Agricultura Familiar (AF) em Portugal, sua evolução ao longo das últimas décadas, as especificidades de que se reveste e o melhor entendimento dos desafios que enfrenta, suas fragilidades e potencialidades.



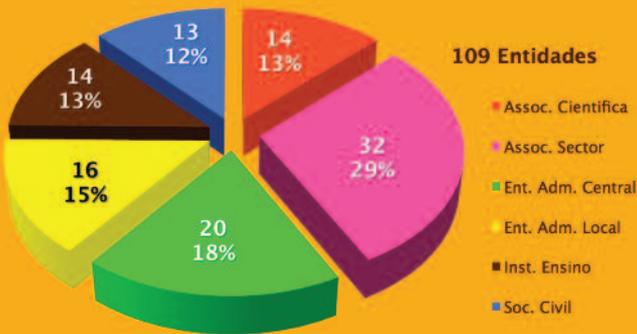
Moeda comemorativa do AIAF 2014

A grande diversidade das iniciativas levadas a cabo contribuiu para que a “mensagem da Agricultura Familiar” fosse particularmente abrangente, permitindo a sua apreensão não só pelos principais *stakeholders*, mas também pelo público em geral. São disso exemplo paradigmático a emissão pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda de uma moeda de dois euros comemorativa do AIAF, a edição pelos CTT - Correios de Portugal de um postal dedicado ao AIAF, com carimbo do dia 10 de julho ou, ainda, o concurso promovido pela Unesco junto dos estabelecimentos de ensino seus associados, desde o pré primário ao ensino superior, subordinado ao tema da Agricultura Familiar.



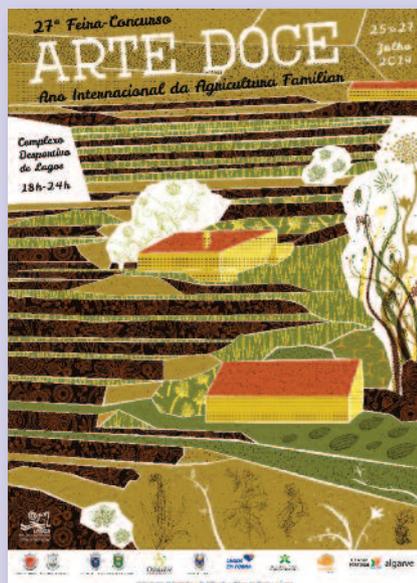
Postal dos CTT dedicado ao AIAF 2014

Gráfico 2
Entidades que Promoveram Atividades
(Total nacional até 25 novembro 2014)

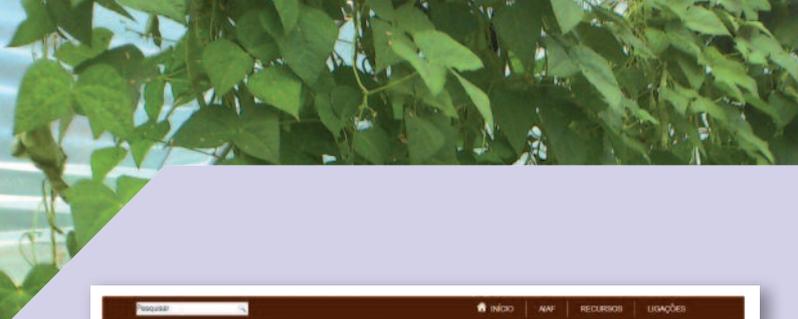


Fonte: Site do AIAF 2014, DGADR.

No que respeita às entidades promotoras destas iniciativas, que tiveram cobertura nacional, incluindo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, o número total ascende a 109 (ver gráfico 2) e, por regra, as iniciativas foram promovidas por organização conjunta entre várias entidades, mobilizando assim interesses e públicos diversos.



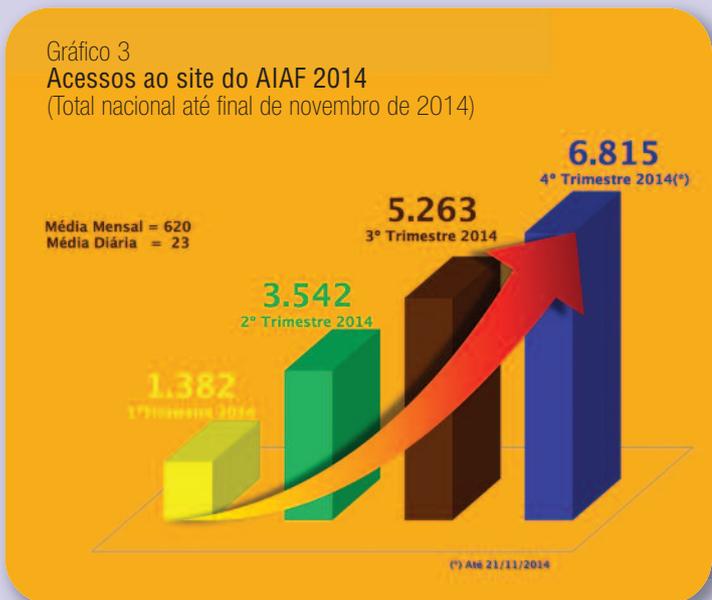
Pelo número de participantes envolvidos e pelo interesse dos debates e das propostas apresentadas refira-se a título de exemplo, o ciclo de sessões regionais promovido pela APDEA- Associação Portuguesa de Economia Agrária, que em conjunto com a Federação Minha Terra, com as Direções Regionais de Agricultura e Secretarias Regionais no caso da Madeira e dos Açores, associações do setor, cooperativas e associações agrícolas e universidades, organizaram debates em todas as regiões do País. Outra particularidade que interessa referir é que muitas das iniciativas realizadas se integraram em dinâmicas territoriais, como por exemplo feiras de produtos ou festividades regionais. Aproveitaram-se assim, espaços de encontro de públicos muito diversos, desde agricultores a consumidores,



uns mais rurais outros mais urbanos, para, não só debater alguns temas que interessam à agricultura familiar, mas também organizar vendas de produtos das suas explorações agrícolas e chamar a atenção de um vasto público visitante destes eventos locais e regionais para a importância da agricultura familiar em Portugal e da necessidade de fortalecer os laços de solidariedade entre agricultores e consumidores, entre o urbano e o rural.



Site do AIAF 2014 em Portugal



Para além do papel determinante das Associações do setor, com particular destaque para o dinamismo da CNA - Confederação Nacional da Agricultura e para o envolvimento das organizações associadas da CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal CRL, as autarquias merecem uma palavra de apreço pela importância que o poder local, desta forma, reconhece ao papel desempenhado pelos agricultores em prol do desenvolvimento dos seus territórios rurais.

Com o intuito de acompanhar e divulgar o AIAF 2014, foi criado no site da DGADR um "sub-site", agricultorafamiliar.dgadr.pt, que funciona como plataforma nacional centralizando toda a informação sobre a temática e cujas visualizações acumuladas desde a data do seu lançamento, 19 de fevereiro de 2014, ascendem já a cerca de 6800, com uma média mensal de 620 visitas (ver gráfico 3). Trata-se de um instrumento informativo e colaborativo que irá permanecer para além de 2014, em articulação com a criação pela FAO da Plataforma de Conhecimento sobre Agricultura Familiar de que a DGADR é o ponto focal nacional.



Plataforma de Conhecimento sobre Agricultura Familiar

Coube à DGADR, enquanto secretariado técnico, um papel particularmente ativo nestas comemorações, designadamente, assegurando o funcionamento das reuniões da Comissão Executiva e a organização dos eventos que foram promovidos sob a sua égide, bem como participante e parceiro em muitas das iniciativas levadas a cabo. Todo este envolvimento foi, para nós, muito gratificante, e permite chegar ao fim com o sentimento de, na medida dos meios disponíveis, termos contribuído para o cumprimento da missão que nos foi proposta e que contribuiu para, simbolicamente, reafirmar: "Agricultura Familiar é uma Agricultura com Rosto".



● Luís Durão

Representante Permanente Adjunto de Portugal para a FAO

A FAO e o Ano Internacional da Agricultura Familiar

1 Há vários anos que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) tem vindo a atribuir uma prioridade crescente à temática da agricultura familiar, incluindo as atividades florestais, das pescas e aquicultura, conseqüentemente como instrumento essencial de política para o reforço da produção alimentar e designadamente na ótica do combate à fome, da erradicação da pobreza e na melhoria das condições socioeconómicas das populações rurais, especialmente nos países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento e em regiões rurais mais débeis no contexto socioeconómico.

Na visão da FAO a agricultura familiar abrange todas as atividades agrícolas exercidas por núcleos familiares numa inserção determinante no desenvolvimento rural. A agricultura familiar contribui para a organização da produção agrícola, silvicultura, pastoreio, pescas e aquicultura, sob a gestão de uma família, principalmente no trabalho familiar, tanto para homens e mulheres. Em países desenvolvidos, bem como nos países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a principal forma de agricultura na área de produção de alimentos. A FAO estima existirem mais de 500 milhões de explorações agrícolas familiares no mundo.

2 A 66.ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 22 de dezembro de 2011 declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) e atribuiu à FAO o papel central de contribuir para a implementação e de promover o AIAF nomeadamente em colaboração com os Governos, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional, outros organismos da ONU bem como as competentes entidades não governamentais como organizações internacionais de produtores agrícolas. Também os Estados Membros são particularmente estimulados pela ONU a empreender atividades de promoção do AIAF no quadro dos seus programas de desenvolvimento nacional.

3

Para promoção e implementação do AIAF, no âmbito da FAO foram criados nomeadamente os seguintes mecanismos de coordenação internacional:

- Plataforma WEB do AIAF (www.fao.org/family-farming-2014)

A plataforma para o AIAF, de acesso aberto, disponibiliza, entre outras, um conjunto de diversas informações institucionais, de conceção e análise da temática, sobre eventos realizados ou a realizar em vários países de todos os continentes, iniciativas diversas, publicações, notícias, etc.. Pretende-se que esta plataforma se mantenha para além do ano internacional 2014 assegurando a continuidade da promoção da agricultura familiar.



- *Task Force* interdepartamental da FAO

Foi criada uma *task force*, que inclui representantes da sede da FAO de todas as unidades relevantes e dos Escritórios Regionais da organização. A *task force* desenvolve o pensamento estratégico e atividades preparatórias para o AIAF.

Salienta-se a elaboração de um *master plan* pela *task force* (a que nos referimos adiante) com um dos propósitos principais de analisar e conceber os princípios comuns que definam o conceito e tipologias de agricultura familiar para além de outros objetivos específicos e linhas de ação.

- Comissão de Coordenação Internacional para a preparação do AIAF (CCI-AIAF). A Comissão de Coordenação Internacional para o AIAF é composta por 12 Estados-Membros (Afeganistão, Angola, Argentina, Austrália, Bangladesh, Brasil, França, Kuwait, Filipinas, Eslováquia e África do Sul; um da América do Norte), bem como nomeadamente a FAO, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Programa Alimentar Mundial (PAM), a União Europeia, um representante do setor privado e outro de uma organização de agricultores.

Os principais objetivos da Comissão são:

- Promover o reconhecimento da importância da agricultura familiar aos níveis nacional, regional e internacional.
- Ajudar a promover a realização de ações e troca de experiências.
- Estabelecer orientações sobre a elaboração de um *master plan* para a agricultura familiar, incluindo o acompanhamento durante e depois 2014.

4

Relativamente ao *master plan* elaborado pela *task force* da FAO, o objetivo fundamental para o AIAF é ajudar a reconhecer e apoiar a contribuição da agricultura familiar e pequena agricultura na erradicação da fome, a redução da pobreza rural, garantir a segurança alimentar através da produção sustentável e desenvolvimento sustentável das zonas rurais.

São estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Apoiar o desenvolvimento de políticas de incentivo à agricultura familiar sustentável;
- Aumentar o conhecimento, a comunicação e sensibilização do público;
- Alcançar uma melhor compreensão das necessidades, do potencial e das limitações da agricultura familiar e assegurar a disponibilidade de apoio técnico;
- Criar sinergias para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Linhas de ação identificadas:

- Promoção do diálogo nos processos de tomada de decisão política.
- Identificação, documentação e partilha de experiências aprendidas e bem sucedidas de políticas agrícolas a favor da família, existentes designadamente ao nível nacional, para capitalizar um conhecimento relevante sobre a agricultura familiar.
- Comunicação, promoção e divulgação.

5

Refere-se que a FAO tem oficialmente participado e colaborado em parceria em vários eventos oficiais, designadamente governamentais e internacionais em vários países, que abordam a temática da agricultura familiar e que estão referenciados na plataforma para o AIAF.

A temática da agricultura familiar e do ano internacional têm igualmente vindo a ser objeto das agendas das sessões dos órgãos de governança da FAO bem como das Conferências Regionais da organização.



● **Hélder Muteia**

Responsável do Escritório da FAO em Portugal

Os Desafios da Agricultura Familiar na Europa e no Mundo

A Agricultura Familiar tem merecido um destaque cada vez maior nos sistemas alimentares modernos. Não apenas por se ter designado 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, mas também, e fundamentalmente, pela sua importância e transversalidade nos panoramas económico, social, ambiental e cultural.

A condição de produtora de um bem essencial à vida, o alimento, coloca a agricultura familiar num lugar privilegiado. Ela transporta consigo uma história rica em valores que capturam o imaginário da generalidade das pessoas, que se sentem ligadas a esse passado de intimidade com a terra, a natureza, a estrutura social, os hábitos e as tradições que são preservadas e transmitidas através das famílias rurais, maioritariamente agrícolas.

Uma unidade agrícola é designada familiar quando operada predominantemente pelos membros da família, com ou sem uso de mão-de-obra externa sazonal. Partindo dessa definição, ela representa certamente a forma

predominante de organização produtiva agrícola no mundo, com cerca de 570 milhões de unidades, em vários ramos da produção agrícola, pecuária, pesqueira e silvícola.

Seria um erro assumir que a agricultura familiar nos diferentes quadrantes do globo tem as mesmas características e enfrenta os mesmos problemas e desafios. Apesar das inúmeras similaridades e características comuns, as realidades específicas e contextos diferenciados acabam por ditar a necessidade de procurar equações e soluções específicas aos problemas de cada um. Por exemplo, os agricultores em regime familiar nos países menos desenvolvidos são confrontados com um problema básico: a fome. Pode parecer paradoxal que produtores de comida possam estar entre as pessoas que mais padecem da fome e malnutrição, mas é uma realidade comprovada pelas estatísticas: cerca de 70% das 805 milhões de pessoas que passam fome no mundo, são agricultores. A sua condição de pobreza extrema, e o tipo de agricultura de subsistência que praticam, particularmente na África Subsariana e no sul da Ásia, mantêm-nos prisioneiros, num ciclo de miséria, baixa produtividade, baixo desenvolvimento físico, cognitivo e de analfabetismo. Em alguns países localizados em África, Sul da Ásia, Médio Oriente e parte da América Latina, há flagrantes problemas de desequilíbrio de género no acesso que a agricultura familiar tem aos recursos e oportunidades. Esta realidade representa um sério entrave à abordagem célere da problemática da produção alimentar, combate à pobreza e erradicação da fome.

Os problemas e desafios dos pequenos agricultores familiares nos países desenvolvidos estão mais ligados ao acesso aos mercados (local, nacional e internacional), à complexidade e rigores dos sistemas agrícolas e alimentares, e as restrições impostas pelos regimes institucionais em vigor. No contexto europeu, por exemplo, a atividade agrícola familiar existe em diversas modalidades (tempo inteiro ou parcial), é multifacetada e diversificada, incorporando uma variada gama de atividades agrícola, pecuária, silvícola, turística, piscatória e artesanal. Para uns é a principal fonte de rendimento familiar, e para outros apenas um complemento. A atividade agrícola familiar na Europa também acrescenta hábitos e tradições que



representam uma oportunidade de estar em contacto com a natureza e melhorar a qualidade de vida.

Quer num contexto, quer noutra (nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento), a agricultura familiar, como um todo, contribui com cerca de 70% dos alimentos que consumimos, garantindo, ao mesmo tempo, sustento para cerca de 1.500 milhões de pessoas.

Para além do seu reconhecido valor económico, a agricultura familiar tem uma grande importância social e cultural, uma vez que foi através dela que as primeiras comunidades humanas se sedentarizaram e se estruturaram. Muitos destes valores são os pilares da organização social, não só no campo, como na cidade. Cumprem também um papel na preservação de tradições milenares: festividades, cânticos, danças e dietas tradicionais. A sua íntima relação com a terra, e o princípio da sua transmissão para gerações vindouras, faz com que esteja sempre presente a necessidade de promover o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação da agrobiodiversidade.

Assim, entre os inúmeros desafios comuns que a agricultura familiar enfrenta, destacam-se o acesso a recursos e fatores de produção (terras, crédito, mercado, tecnologias), a marginalização na tomada de decisões, a ausência de serviços de comercialização, extensão, informação e capacitação, bem como outros desafios de carácter transversal como a urbanização galopante, o envelhecimento da população rural ou as alterações climáticas, que acabam por representar ameaças constantes aos pequenos agricultores, dada a sua vulnerabilidade aos choques ambientais, sociais e económicos. É assim urgente e importante, restituir à agricultura familiar a merecida dignidade, através do reconhecimento da sua importância e da formulação de políticas que promovam o seu desenvolvimento de forma sustentável. Isso requer, naturalmente, a reformulação dos quadros institucionais para que promovam novas e criativas formas de organização e trabalho no campo. As experiências vividas no meio rural, por exemplo em Portugal, demonstram que a agricultura familiar deve ser capacitada, não apenas para uma abordagem mais sustentável do seu trabalho, mas também na

inovação e descoberta de novas oportunidades e novos nichos de mercado. Os agricultores que optaram por novas formas de organização, em forma de cooperativas, associações ou parcerias e contratos de trabalho, conseguiram reforçar a sua competitividade, resiliência, e abriram-se a possibilidades e oportunidades geradas pela Política Agrícola Comum na Europa, bem como iniciativas governamentais e municipais.

A crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental e social tem inspirado uma vaga de iniciativas tecnológicas de intensificação sustentável de produção agrícola, encorajando esquemas de economia solidária, promovendo compras locais e circuitos curtos, e valorizando variedades locais, que no conjunto podem contribuir para a preservação da biodiversidade e dinâmicas económicas no meio rural.

Assim, a par do reconhecimento da importância do papel da agricultura familiar para a sustentabilidade dos sistemas alimentares modernos, é importante a adoção de novas políticas que promovam tecnologias mais produtivas e sustentáveis, reduzam o desperdício e as perdas no campo, e corrijam os efeitos das externalidades.

O legado do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 e passos seguintes



PREÂMBULO

1 A 22 de dezembro de 2011 - depois de mais de três anos de uma campanha da sociedade civil coordenada pelo Fórum Rural Mundial, e apoiada por uma resolução apresentada pelas Filipinas à Conferência da FAO de 2 de julho de 2011 - a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AG ONU) adotou unanimemente a Resolução 66/222, declarando 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014).

2 A Resolução 66/222 da AG ONU afirma que a Agricultura Familiar e a pequena agricultura constituem importantes bases para uma produção alimentar sustentável visando a segurança alimentar, e reconhece o seu importante contributo para a garantia da segurança alimentar e erradicação da pobreza na prossecução dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, nomeadamente os contidos na Declaração do Milénio.

3 Ao longo do Ano, organismos das Nações Unidas, governos, organizações de agricultura familiar, a sociedade civil, o setor privado, universidades, instituições de investigação e outros atores juntaram esforços a nível nacional, regional e internacional.

4 Na FAO, foi constituída uma Comissão de Coordenação Internacional (CCI) que integrou as diferentes partes interessadas. Este Comité adotou um Plano de Ação para o Ano. Apresentou ainda uma proposta de definição de Agricultura Familiar (que inclui todas as atividades agrícolas de base familiar) como "uma forma de organizar a produção nos domínios da agricultura, silvicultura, pescas, pastorícia e aquicultura, em que a gestão e exploração é assegurada por uma família, e depende predominantemente de capital e trabalho familiar, incluindo quer trabalho masculino, quer feminino. A família e a exploração estão ligadas, coevoluem e combinam funções económicas, ambientais, sociais e culturais."

5 As explorações familiares são, sem dúvida, a forma de agricultura predominante ao nível mundial. Existem mais de 570 milhões de explorações no mundo, das quais mais de 500 milhões são explorações familiares. Estas, de acordo com os dados estatísticos, produzem mais de 80% da alimentação mundial, em valor. Embora exista diversidade, a grande maioria das explorações familiares do mundo são de pequena ou muito pequena dimensão. As explorações familiares são, no seu conjunto, a maior fonte de emprego ao nível global. A Agricultura Familiar é muito mais do que uma forma de produzir alimentos, é também um modo de vida.

6 O lema oficial do AIAF 2014: "Alimentar o Mundo, Cuidar da Terra" evidencia os contributos significativos da Agricultura Familiar.

RESULTADOS DO ANO

7 O processo de diálogo político que se desencadeou desde então globalmente, envolvendo as diferentes partes interessadas, promoveu uma maior consciencialização da contribuição crucial de mais de dois mil milhões de Agricultores Familiares para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a nutrição.

8 O Ano aumentou o nosso conhecimento sobre muitos dos desafios que os Agricultores Familiares enfrentam em diferentes contextos sociais, económicos e ambientais, e enfatizou a importância da implementação de políticas que assegurem o seu acesso aos recursos naturais e financeiros e reforcem o seu contributo para uma agricultura sustentável, para a erradicação da pobreza, proteção do ambiente e para cuidar do planeta.

9 Ao longo do AIAF 2014, estabeleceu-se ao mais alto nível, em todo o mundo, um forte compromisso político a favor da Agricultura Familiar, incluindo a pequena agricultura (Anexo I). O empenho e colaboração política entre as diferentes partes interessadas que se envolveram na implementação do Ano são uma base forte para apoiar o desenvolvimento da Agricultura Familiar após 2014.

10 Foram criadas Comissões Nacionais para o AIAF em cerca de 50 países, envolvendo mais de 650 organizações (Anexo II). Por todo o mundo, foram organizadas neste ano mais de 500 reuniões, workshops, ou conferências sobre Agricultura Familiar.

PASSOS SEGUINTES

- 11 A celebração do AIAF melhorou significativamente o papel da Agricultura Familiar, nomeadamente no acompanhamento do Desafio Fome Zero lançado pelo Secretário Geral da ONU em 2012, na 2.ª Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2) em 2014, e também na preparação da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015. A Agricultura Familiar foi ainda reconhecida como um setor fundamental para a preservação da biodiversidade no âmbito da produção alimentar e para a prossecução dos futuros objetivos de desenvolvimento sustentável.
- 12 Na sua 24.ª sessão de outubro de 2014, o Comité de Agricultura da FAO apelou para que esta continue o seu trabalho na promoção da Agricultura Familiar e para a sua integração no Quadro Estratégico da FAO e na Agenda de Desenvolvimento pós-2015.
- 13 A Plataforma da Agricultura Familiar para o Conhecimento foi criada junto da FAO em colaboração com muitas partes interessadas, tais como governos, organismos da ONU, redes de agricultores familiares, organizações de produtores e instituições de investigação, com o objetivo de recolher e disponibilizar informação atual e abrangente sobre Agricultura Familiar, de natureza política, científica, legal e estatística, para apoiar a formulação de políticas e a troca de experiências e lições aprendidas.
- 14 Um Grupo de Trabalho Internacional (GTI) foi criado junto da FAO para estabelecer critérios comuns sobre as definições e tipologias de Agricultura Familiar, ao nível nacional e regional.
- 15 O Programa Alimentar Mundial (PAM), com um orçamento anual destinado à aquisição de alimentos que ultrapassa os mil milhões de dólares, comprometeu-se a adquirir 10% das suas mercadorias a partir da pequena agricultura familiar dos países em desenvolvimento.
- 16 O principal legado do AIAF são as políticas nacionais e regionais, programas e atividades, e disposições institucionais para apoiar a Agricultura Familiar, incluindo a pequena agricultura, que foram e serão formulados, melhorados ou implementados desde a declaração do AIAF 2014 na Resolução da AG ONU.
- 17 O CCI, partindo das realizações do Ano, em particular o Diálogo Global sobre Agricultura Familiar, que decorreu em Roma, a 27 e 28 de outubro de 2014, recomenda o seguimento dos esforços conjuntos para defender, apoiar e investir na Agricultura Familiar, incluindo a pequena agricultura. Um conjunto de ações estão previstas para continuar o trabalho desenvolvido no AIAF 2014:
- 18 Todas as partes interessadas são encorajadas a promover e implementar políticas adequadas à Agricultura e Desenvolvimento Rural que aumentem a capacidade dos Agricultores Familiares para fornecerem e acederem aos mercados, especialmente ao nível local e doméstico, e para gerarem emprego e rendimento.
- 19 Assegurar o acesso e uso da terra, água e outros recursos naturais é fundamental para os Agricultores Familiares. Todas as partes interessadas são encorajadas para cada vez mais promoverem, utilizarem e apoiarem a implementação das "Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Recursos Pesqueiros e Florestais num Contexto de Segurança Alimentar Nacional", tal como aprovado pelo Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSAM).
Mais e melhor investimento pela e para a Agricultura Familiar é necessário. A este respeito, todas as partes interessadas são encorajadas a aplicar os "Princípios para um Investimento Responsável nos Sistemas Agrícolas e Alimentares", quando apropriado, assim como as recomendações sobre "Investir na Pequena Agricultura para a Segurança Alimentar e Nutrição", conforme aprovado pelo CSAM.
- 20 Agricultores e agricultoras têm de ter os mesmos direitos no que respeita à posse da terra, acesso aos recursos naturais, formação e apoio técnico, investigação, extensão e serviços de aconselhamento e financeiros, e às diferentes formas de políticas públicas de saúde e outros tipos de proteção social.
- 21 Reforçar o papel da mulher é um fator chave para possibilitar o aumento sustentável de produtividade e de inovação. Ações e políticas afirmativas deverão ser implementadas para as mulheres agricultoras, tendo em vista a igualdade de géneros, nomeadamente assegurando-lhe um acesso mais inclusivo ao crédito e a outros serviços.
- 22 A juventude rural é o futuro da Agricultura Familiar. As políticas e programas de desenvolvimento rural, infraestruturas, bens públicos e serviços que melhorem a qualidade de vida nas áreas rurais e criem condições para os jovens agricultores iniciarem a sua atividade são cruciais para tornar a vida nas áreas rurais mais atrativa e vibrante para os jovens.

23

Inovações são essenciais, em particular aquelas que se adaptam à Agricultura Familiar e promovem uma agricultura sustentável, contribuem para responder aos desafios das alterações climáticas, reduzem a penosidade do trabalho agrícola e aumentam a produtividade e o rendimento. Devem ser reforçadas as metodologias participativas e práticas que combinem o conhecimento e experiência tradicionais com as novas tecnologias, investigação e serviços de aconselhamento.

24

A ação coletiva e a promoção de organizações de produtores, associações de agricultores e cooperativas agrícolas são fundamentais para aumentar a força e poder económico dos Agricultores Familiares e a sua capacidade de negociação.

25

As Comissões Nacionais para o AIAF são encorajadas a prosseguir o seu trabalho para além do ano 2014. Tendo por base a sua experiência, governos e outros atores relevantes são incentivados a estabelecer plataformas permanentes envolvendo as diferentes partes interessadas para uma política de diálogo sobre Agricultura Familiar ao nível nacional e regional.

26

Capitalizando os resultados do Grupo de Trabalho Internacional para estabelecer critérios comuns sobre definições e tipologias de Agricultura Familiar, a FAO deverá desenvolver mais estudos e indicadores para apoiar os governos numa melhor compreensão da diversidade das explorações familiares e implementação de políticas em conformidade. A Plataforma da Agricultura Familiar para o Conhecimento deverá assegurar a capitalização e partilha de experiências, contribuindo para a constituição de parcerias inovadoras e para mecanismos de partilha ativos.

27

Para preservar o legado do AIAF 2014 e assegurar o seu seguimento torna-se necessário manter as parcerias e colaboração ao nível global, relativamente à Agricultura Familiar, tendo em consideração a experiência do CCI.

27

As agências da ONU sediadas em Roma, assim como outras organizações internacionais e instituições regionais deverão considerar e manter a Agricultura Familiar como um elemento integral na sua agenda, e facilitar a participação no seu trabalho dos representantes da Agricultura Familiar, incluindo pescadores artesanais, pastores, povos indígenas e agricultores de montanha.

Nota: Tradução não oficial - "O legado do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 e passos seguintes" - Documento Final da FAO (acordado).



Cultivando a Esperança: Nações Unidas lançam série de selos

No âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014, a 14 de agosto, a Administração Postal das Nações Unidas (UNPA) lançou a série de seis selos Cultivando a Esperança para promover o tema da agricultura familiar. Os selos retratam diversas atividades de agricultura familiar, incluindo a pecuária e aqüicultura, as diferentes regiões onde este tipo de agricultura é praticada (Ásia, Europa e África, entre outras) e, mais importante, os papéis dos homens e das mulheres que estão no centro dessas atividades.

Famílias

A importância das famílias é evidente na série. Por exemplo, o selo de 1,60 francos, para uso do Palais des Nations, em Genebra, Suíça, retrata uma família de quatro pessoas na sua exploração agrícola, e mostrando ainda campos cultivados, gado e um celeiro. A presença de eólicas em segundo plano enfatiza a relação entre agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, face às alterações climáticas.

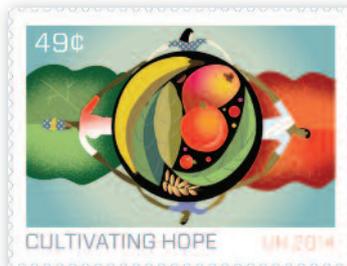
Um casal de agricultores e um touro numa exploração agrícola em socacos na Ásia são retratados no selo de 1,70 €, para uso do Centro Internacional de Viena (VIC), na Áustria, enquanto o selo de 0,62 euros mostra uma família indiana a transportar molhos de palha e grãos.

Trabalhando em conjunto para alcançar a segurança alimentar mundial

O papel da agricultura familiar na produção de alimentos também é fundamental na série. A variedade de produtos que as famílias levam aos mercados locais é mostrada no selo de 0,49€. As relações entre agricultura familiar, segurança alimentar mundial e alimentação também estão representadas na imagem de agricultores familiares de diversas regiões de mãos dadas, protegendo os produtos.

Mulheres

A versão de 1,30 francos descreve as complexas funções que as mulheres desempenham nas atividades agrícolas. O selo mostra mulheres africanas numa colheita, mas também destaca os seus deveres como mães e cuidadoras, retratando os seus filhos.



Políticas



Francisco Cordovil

Investigador do INIAV

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

com **Joaquim Cabral Rolo**

Investigador do INIAV

Instituto Nacional de investigação Agrária e Veterinária, I.P.

Uma convicção:

observar a agricultura familiar com um olhar renovado, para compreender a sua diversidade e capacidade de adaptação, sempre surpreendentes.

Agricultura Familiar em Portugal

Esboço da sua importância e diversidade no limiar da década de 2010¹

Evolução nas décadas de 1989 a 2009

De 1989 a 2009 a agricultura portuguesa passou por profundas alterações: retração espacial, estabilidade no valor da produção - mas mudanças no padrão produtivo -, acentuado declínio da população agrícola e do número de agricultores, aumento da relevância das explorações de grande dimensão económica, com destaque para as societárias.

Em paralelo com a evolução global da agricultura portuguesa, o número de explorações familiares passou de 526 mil para 266 mil (- 50%) e o volume de trabalho agrícola familiar caiu para 40% dos valores iniciais, uma evolução acompanhada pelo aumento da importância relativa do trabalho dos produtores agrícolas familiares de 45% para 54%.

A retração da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) foi de 13% na agricultura familiar. Face a uma quebra muito maior do emprego, a disponibilidade de SAU por UTA aumentou de 3,3 para 7,1 hectares entre 1989 e 2009.

A trajetória demográfica da agricultura familiar é sombria. O peso na população agrícola familiar dos maiores de 65 anos aumentou de 17% em 1989 para 35% em 2009, enquanto o dos menores de 44 anos se reduziu de 52% para 31%. O envelhecimento assumiu expressão extrema nos produtores agrícolas: o peso dos mais idosos (65 e mais anos) passou de 29% para 49% e o dos menores de 44 anos de 19% para 9%.

¹ Consultar versão integral em www.rederural.pt

Importância da Agricultura Familiar primeiro esboço²

Importância da Agricultura Familiar em Portugal

	Nº Explorações Agrícolas		A Agricultura Familiar no Total de Explorações Agrícolas			
	Total	Familiares	N. de Explorações	Unidades de Trabalho	Área Agrícola e Florestal	Valor da Produção Padrão
	(milhares)	(milhares)	%	%	%	%
Portugal	305,3	282,8	93	81	49	49
Regiões Autónomas	27,2	25,3	93	86	76	73
Açores	13,6	12,5	93	80	76	73
Madeira	13,6	12,8	94	91	86	75
Continente	278,1	257,5	93	81	48	47
Norte e Centro Litoral	91,4	86,8	95	91	66	64
Norte e Centro Interior	78,9	76,0	96	93	77	69
Sul	107,8	94,7	88	63	38	35

A agricultura familiar concentra mais de 90% do número de explorações agrícolas e de 80% do trabalho. Este acentuado predomínio é ligeiramente mitigado no Sul do Continente no que se refere ao trabalho. A sua importância é menor e regionalmente mais variável em área e em valor da produção (VPP), mas acerca-se dos 50%, só ficando aquém desta quota no Sul e ultrapassando nos outros espaços os 60%.

O peso da agricultura familiar no valor da produção agrícola à escala concelhia revela alguma diversidade interna dos três espaços delimitados no Continente, sobressaindo o Alentejo e a Lezíria do Tejo, como as sub-regiões onde esse peso é menor.

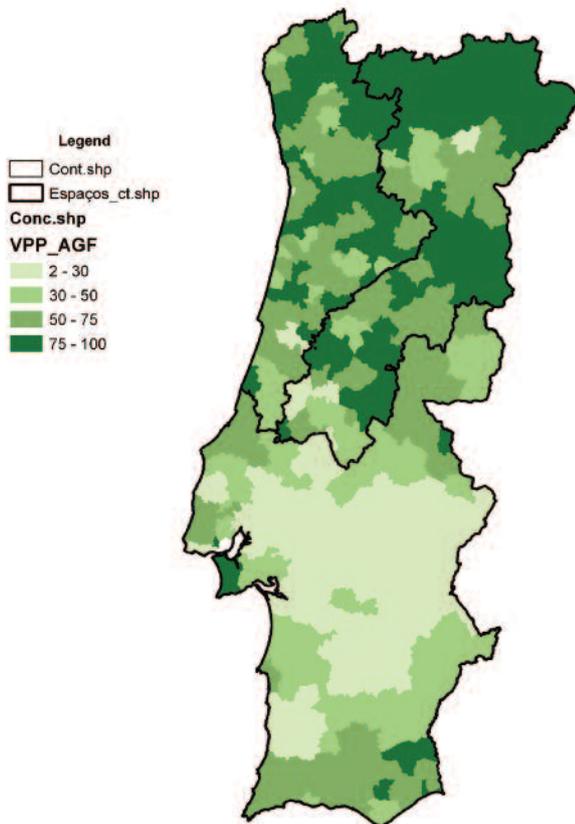
Contudo ao nível das NUT III, mesmo no Alentejo, o peso da agricultura familiar no valor da produção ultrapassa sempre os 20%, confirmando a sua significativa contribuição produtiva e não apenas social em todo o território.

A repartição territorial da agricultura familiar

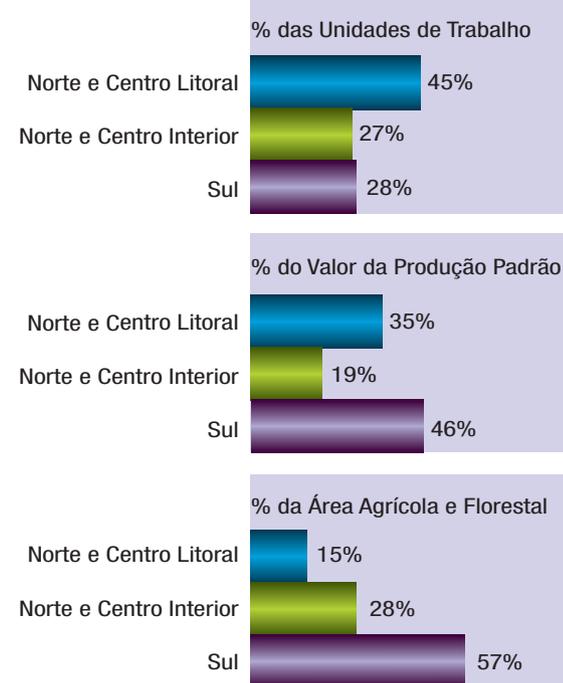
O maior peso da agricultura familiar num território reforça a sua importância no conjunto da agricultura familiar do Continente. Mas há outro fator determinante dessa importância – o peso da agricultura desse território no todo nacional. A esta luz compreende-se que a agricultura familiar do Sul, a que tem menor expressão na produção agrícola da região (35%), detenha uma quota-parte do valor da produção da agricultura familiar do Continente (46%) superior às do Norte e Centro Litoral (35%) e do Norte e Centro Interior (19%).

² A informação sobre a agricultura familiar apresentada neste ponto e seguintes baseia-se num apuramento específico (INE/Gabinete de Planeamento e Políticas do MAM) dos dados do Recenseamento Agrícola 2009 (RA2009) que permitiu delimitar com mais rigor a agricultura familiar do que o subjacente à publicação dos resultados daquela fonte estatística. Essa é a razão das diferenças em relação aos valores apresentados no ponto antecedente para 1989 a 2009, os quais se baseiam na informação publicada dos três Recenseamentos (1989, 1999 e 2009) para garantir a respetiva comparabilidade.

Peso % da Agricultura Familiar no Valor da Produção Padrão Agrícola, por Concelhos



Explorações Agrícolas Familiares no Continente Repartição por Grandes Espaços



Traços unificadores da agricultura familiar...

Na grande diversidade das explorações agrícolas familiares (EAF), destacam-se como traços comuns: o predomínio do trabalho familiar e o pequeno volume de trabalho por exploração.

O aumento do volume de trabalho acompanha a dimensão económica (DE) da exploração, mas de forma não proporcional: em média, a DE das grandes explorações familiares é 76 vezes maior que a das mais pequenas, mas a relação é apenas de 2 para um no volume de trabalho.

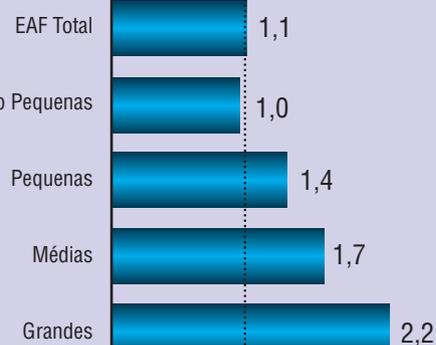
Diversidade da agricultura familiar – dimensão económica, recursos e produtividade...

A muito maior disponibilidade de terra e de outro capital produtivo por unidade de trabalho nas médias e grandes explorações agrícolas familiares é determinante das enormes diferenças da sua produtividade do trabalho face à das mais pequenas.

Assim, as diferenças de dimensão económica das explorações familiares resultam muito mais das disparidades dos níveis de capitalização e de produtividades do trabalho do que do volume de emprego.

O volume médio de trabalho das grandes explorações é 2,25 vezes maior do que o das muito pequenas, mas a área das primeiras é 18 vezes superior à das segundas, dado que a disponibilidade de terra por UTA das grandes explorações supera em 8 vezes a das muito pequenas. As desigualdades de intensidade de utilização de capital não fundiário serão ainda mais acentuadas, pois o VPP das grandes explorações é 76 vezes superior ao das muito pequenas, devido a uma diferença de 34 para um nas produtividades do trabalho.

Nº de UTA por Expl. Agrícola Familiar



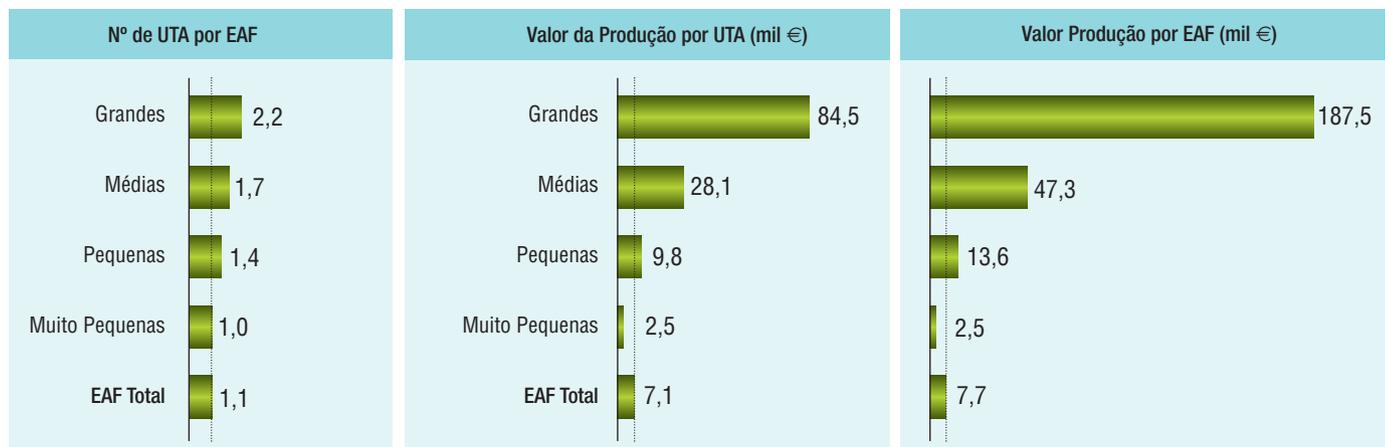
O Trabalho nas Explorações Agrícolas

	Nº UTA por Exploração	% UTA Familiares nas UTA Totais
Total	1,07	96%
Muito Pequenas	1,98	97%
Pequenas	1,38	94%
Médias	1,68	91%
Grandes	2,22	88%

Indicadores de Caracterização das Explorações Agrícolas Familiares (EAF) segundo a sua Dimensão Económica

Explorações Agrícolas Familiares	Nº de UTA por Exploração		Área Agrícola e Florestal		Valor da Produção Padrão Agrícola	
	UTA (1)	UTA (1)	por UTA ha (2)	por EAF ha (3)=(1)x(2)	por UTA 1000€ (4)	por EAF 1000€ (5)=(1)x(4)
Total	1,07	1,07	7,6	8,2	7,1	7,7
Muito Pequenas	0,98	0,98	4,4	4,4	2,5	2,5
Pequenas	1,38	1,38	11,1	15,3	9,8	13,6
Médias	1,68	1,68	26,2	44,2	28,1	47,3
Grandes	2,22	2,22	35,2	78,0	84,5	187,5
Quociente Grandes EAF / Muito Pequenas EAF	2,25	2,25	7,9	17,8	33,9	76,3

Valor da Produção Médio das Explorações Agrícolas Familiares (EAF) por Classes de Dimensão Económica



Diversidade da agricultura familiar – a dimensão económica e as fontes de rendimento...

O agricultor familiar contribui com trabalho, património físico e financiamento para a exploração agrícola. O benefício resulta do valor produzido, mais pagamentos e subsídios públicos recebidos por via da política agrícola, deduzido dos encargos com fatores produtivos e financiamento alheio. Assim, o rendimento retido pelo agricultor é apenas uma parte do valor da produção, cujo peso relativo será tanto menor quanto maior for o uso de fatores produtivos e de capitais alheios. Além disso, o rendimento do agricultor imputável à compensação do trabalho familiar na exploração será tanto menor quanto maior for o capital próprio investido e a respetiva remuneração atribuída.

Os rendimentos salariais anuais médio e mínimo eram em 2009 da ordem de, respetivamente, 10 mil euros e 5 mil euros. Sendo os valores da produção por unidade produtiva e por unidade de trabalho das explorações familiares muito pequenas muito inferiores aos desses rendimentos, tal sugere a sua inviabilidade económica numa ótica de mercado, de provável recurso a mão-de-obra não transferível para outras atividades e de subalteridade face a outras fontes de rendimento da família.

Para a maioria das pequenas explorações familiares (14 mil € por exploração e 10 mil € por unidade de trabalho), também será muito difícil alcançar níveis de rendimento da exploração que permitam prover mais de 50% das necessidades da família.

Diferente será o panorama das médias e grandes explorações familiares que mobilizam significativos capitais por exploração e por unidade de trabalho e alcançam produtividades potenciadoras da inserção no mercado e de rendimentos equiparáveis aos acima referidos.

A análise das fontes de rendimento dos agricultores confirma estas hipóteses.

Peso % dos Produtores Agrícolas Familiares cujo Rendimento Familiar Provém Principalmente do Exterior da Exploração Agrícola

	Nº de Explorações	Unidades de Trabalho	Área Agrícola e Florestal	Valor da Produção Padrão
	%	%	%	%
Total	89	82	66	54
Muito Pequenas EAF	95	92	92	92
Pequenas EAF	71	64	67	68
Médias EAF	42	35	37	39
Grandes EAF	21	15	23	21

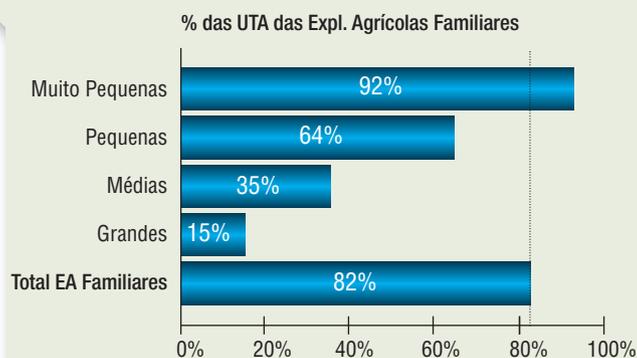
Noventa e cinco por cento das famílias com muito pequenas explorações familiares dependem principalmente de rendimentos provenientes do exterior da exploração. O predomínio das situações de dependência de rendimentos exteriores mantém-se, embora menos acentuado, nos detentores de pequenas explorações. Ao invés, nas médias e grandes explorações as situações onde o rendimento da exploração agrícola é a principal fonte de proventos dos agregados domésticos são folgadoamente maioritárias.

Para compreender a agricultura familiar e as suas diferentes modalidades é crucial analisar a intensidade e natureza das relações família-exploração agrícola. Os resultados de uma muito pequena exploração que seja secundária na economia familiar (património, trabalho, subsistência, rendimento) não afetarão muito a família, consentindo por isso maior liberdade na sua condução. Ao invés, se a exploração agrícola for central na atividade e na economia da família, envolvendo elevados recursos próprios e alheios e plena inserção no mercado, a sua gestão impõe maiores cuidados e competência, pois também são muito maiores os danos que poderão advir para a família em virtude de opções erradas ou de outras contingências. Assim, a simbiose família-exploração a uma escala económica elevada envolve riscos acrescidos.

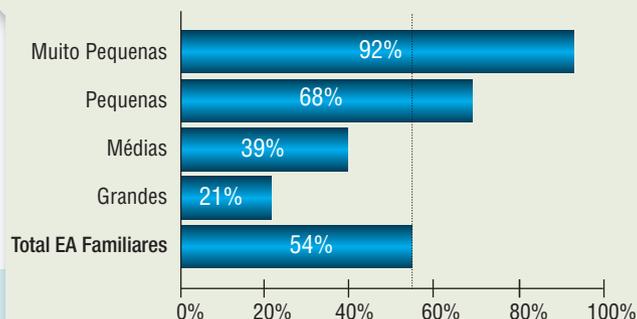
A importância desta dimensão de análise justificou um exame da diferenciação das fontes de rendimento exteriores às explorações agrícolas com base em informação à escala concelhia, de que resultam as seguintes conclusões.

- 1 No conjunto das muito pequenas explorações o peso das registadas como fonte principal de rendimento da família é apenas de 5,4% e nos concelhos representativos de 90% dessas explorações é sempre inferior a 11,6%, confirmando a inviabilidade de satisfazer as necessidades da família com base principal nos proventos de uma exploração muito pequena.
- 2 Os intervalos de variação nas outras classes de dimensão económica do peso do n.º de explorações que são principal fonte de rendimento dos agricultores são amplos e semelhantes - 32% a 34%, mas os valores médios de cada classe são muito diferentes: 29%, 58% e 80%, respetivamente, nas pequenas, nas médias e nas grandes explorações.
- 3 As situações das explorações de pequena dimensão económica quanto ao rendimento das famílias são muito variáveis, o que indicia uma fase de transição da impossibilidade da exploração agrícola constituir a fonte principal de rendimento da família para uma outra situação em que tal passa a ser viável.

Agricultura Familiar cujo Rendimento Provém Principalmente do Exterior da Exploração Agrícola Peso % na Agricultura Familiar



% do Valor da Produção Padrão das EAF



- 4 Os dados das médias explorações agrícolas familiares confirmam que sua dimensão potencia a inserção no mercado e resultados suficientes para assegurar a quota principal do rendimento da família, circunstâncias reforçadas nas grandes explorações: os valores médios do Continente e a distribuição dos valores concelhios revelam que as situações de centralidade das explorações familiares médias e grandes na economia das famílias são maioritárias e permitem presumir que quando isso não acontece, tal se deverá à maior diversificação das atividades e ou de fontes de rendimento da família e não a uma maior debilidade das explorações.

Observe-se agora a repartição das explorações dos agricultores que dependem maioritariamente de rendimentos exteriores, por três situações-tipo, duas delas onde mais de 50% do rendimento exterior é composto por pensões ou por salários e a terceira agrupando todos os outros casos.

A grande importância das pensões no rendimento exterior das muito pequenas e das pequenas EAF, maior na primeira destas classes, revela o acentuado envelhecimento dos produtores e suas famílias. A significativa quota-parte em todas as classes de dimensão das situações onde os salários constituem mais de 50% do rendimento exterior à exploração mostra que a pluriatividade dos agricultores familiares continua a ser importante para muitos deles, embora com menor frequência e menos influência na regulação dos mercados de trabalho do que no passado.

Finalmente, o maior peso relativo das outras situações no rendimento exterior das médias e grandes explorações familiares resultará do seu menor envelhecimento, da maior exigência de tempo de atividade na exploração e da existência de rendimentos não salariais ou de propriedade.

Modalidades de agricultura familiar e sua importância na agricultura portuguesa

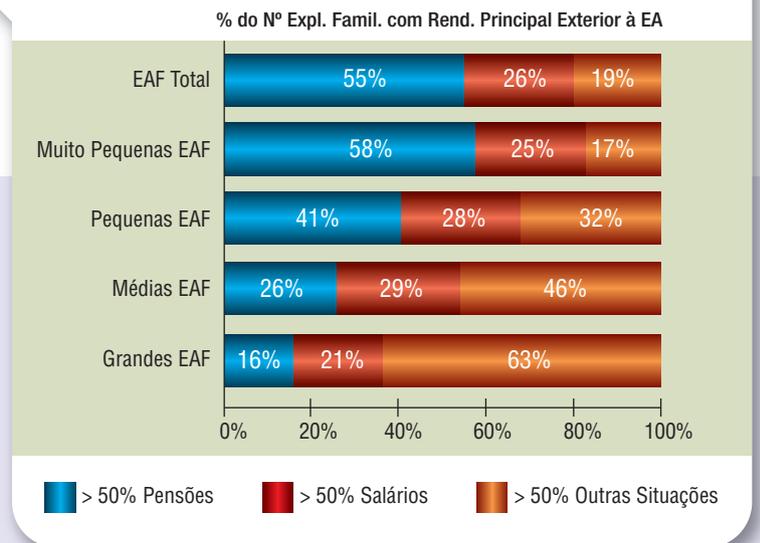
O gráfico abaixo revela os dois traços principais da repartição da agricultura familiar por classes de dimensão económica: domínio acentuadíssimo das muito pequenas explorações em número e em trabalho e repartição equilibrada do valor da produção pelas várias classes, evidenciando as enormes diferenças de dimensão e de produtividades.

Tipos de Famílias dos Produtores Agrícolas Familiares com >50% do rendimento Exterior à exploração Agrícola Peso % na Agricultura Familiar com rendimento Principal Fora da EA

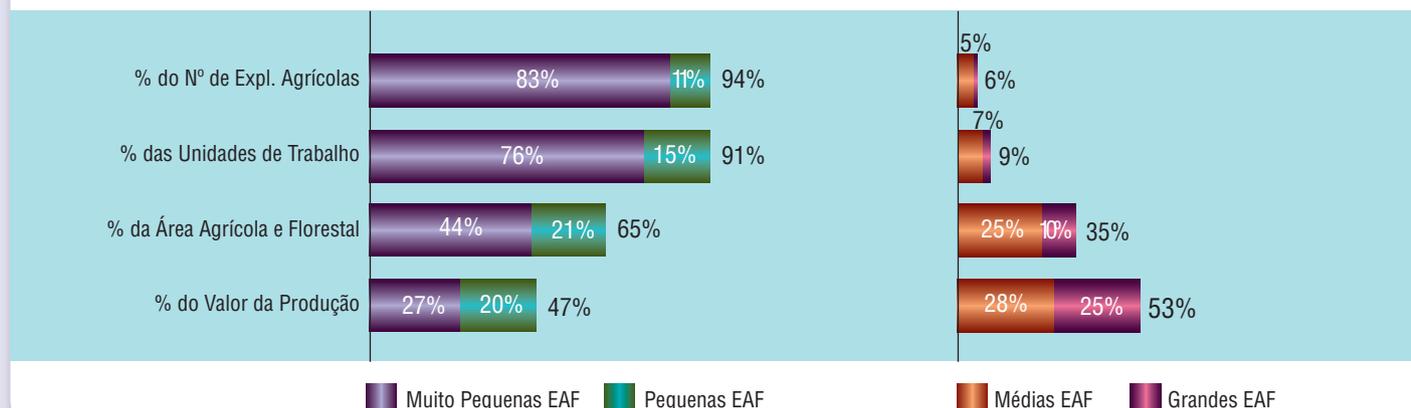
Famílias com rendimento Principal de Origem Exterior à EAF
>50% do rendimento Exterior à Exploração Agrícola

	Pensões			Salários			Outras Situações		
	% do N°EAF %	% das UTA	% do Valor da Produção	% do N°EAF %	% das UTA	% do Valor da Produção	% do N°EAF %	% das UTA	% do Valor da Produção
Total	55	57	41	26	22	27	19	21	33
Muito Pequenas EAF	58	60	54	25	22	26	17	19	20
Pequenas EAF	41	43	39	28	23	28	32	34	33
Médias EAF	26	26	24	29	26	29	46	48	47
Grandes EAF	16	15	16	21	18	21	63	67	63

Agricultura Familiar com Rend. Principal Exterior à EA Nº de explorações cujo Rendimento Exterior Dependente em >50% de pensões ou Salários



% das Classes de DE na Agricultura Familiar



Breve: as médias e grandes explorações agrícolas familiares, não obstante o seu baixo peso numérico (14,4 milhares ou seja cerca de 6% do total), representavam mais de 50% do valor da produção, contradizendo o posicionamento que reduz a agricultura familiar à sua dimensão social.

Agricultura Familiar do Continente e Regiões por Dimensão Económica das Explorações

	Nº Explorações Agrícolas Familiares (milhares)			Muito Pequenas e Pequenas EA % da Agricultura Familiar		Médias e Grandes EA % da Agricultura Familiar	
	Total	Muito Pequenas e Pequenas	Médias e Grandes	Unidades de Trabalho %	Valor de Produção Padrão %	Unidades de Trabalho %	Valor de Produção Padrão %
Continente	257,5	243,1	14,4	91	47	9	53
Norte e Centro Litoral	86,8	82,3	4,5	92	45	8	55
Norte e Centro Interior	76,0	73,7	2,3	95	66	5	34
Sul	94,8	87,1	7,6	85	40	15	60
Acentuada Preponderância das Muito Pequenas e Pequenas EA no Nº e nas UTA das EAF em todas as Regiões					% das Classes de DE no VPP das EAF das Regiões superiores às verificadas no Continente		

Agricultura Familiar em % da Agricultura do Continente, Total e segundo a dimensão Económica das Explorações Familiares

% das Classes de DE da Ag. Familiar no Total da Agricultura



O perfil identificado é comum às três grandes regiões do Continente, sendo contudo de assinalar a variação territorial do peso das médias e grandes no valor da produção – maior no Sul e no Norte e Centro Litoral e menor no Norte e Centro Interior.

Quando se reporta a importância das explorações agrícolas familiares à totalidade da agricultura, mantém-se o acentuadíssimo peso das muito pequenas e pequenas explorações no n.º de explorações (88%) e no volume de trabalho (74%), em resultado da conjugação da sua preponderância na agricultura familiar com a que esta também tem no todo da agricultura (93% do n.º de explorações e 81% das UTA).

Como a importância da agricultura familiar no valor total da produção agrícola e, também, da área agrícola e florestal é um pouco inferior a 50%, o peso das suas várias classes de dimensão sofre uma quebra para metade quando se refere ao conjunto da agricultura e não apenas à agricultura familiar. Contudo, quer as muito pequenas e pequenas, quer as médias e grandes EAF representam mais de 20% do valor total da produção, consideradas separadamente, e 47% no conjunto.

No esboço da diversidade da agricultura familiar combinou-se a partição das explorações agrícolas em 4 classes de dimensão económica com 2 situações-tipo quanto à fonte de rendimento – a exploração agrícola ou fontes externas, decompondo esta última em três subtipos em função da origem maioritária do rendimento exterior à exploração – pensões, salários e outras situações; ou seja, estiveram em observação 16 categorias de explorações agrícolas familiares:

4 classes de dimensão económica x 4 tipos de fontes de rendimento.

Tipos de Explorações Agrícolas Familiares segundo a Dimensão Económica das Explorações e as Fontes de rendimento das Famílias dos Produtores Agrícolas
Pesos % na Agricultura Familiar e no total da Agricultura

		% do Nº de Explorações Agrícolas		% das UTA		% do Valor da Produção Padrão	
		Familiares	Total	Familiares	Total	Familiares	Total
Total		100,0	92,6	100,0	81,1	100,0	46,9
A	Muito Pequenas e Pequenas EAF >50% Rend. Exterior à EA						
	Total	86,6	80,2	79,1	64,1	38,1	17,9
	Pensões	48,5	44,9	45,6	37,0	18,5	8,7
	Salários	22,2	20,5	17,3	14,0	10,2	4,8
	Outras Situações	15,9	14,8	16,1	13,1	9,4	4,4
B	Médias e Grandes EAF Rend. > 50% da EA	3,5	3,2	6,4	5,2	36,9	17,3
A + B		90,1	83,4	85,5	69,3	75,1	35,2
D	Muito Pequenas e Pequenas EAF > de 50 % do rendimento da EAF	7,8	7,2	11,6	9,4	8,7	4,1
E	Médias e Grandes EAF Rend. < 50% da EAF	2,1	2,0	2,8	2,3	16,3	7,6
D + E		9,9	9,2	14,5	11,7	24,9	11,7

Agora, para os apontamentos de síntese, cinge-se a informação a dois escalões de dimensão (muito pequenas/pequenas e médias/grandes) e, assim, a oito grandes grupos de explorações agrícolas familiares.

1º Prevalecem na agricultura portuguesa dois grandes agrupamentos, muito contrastados, de explorações agrícolas familiares: as muito pequenas e pequenas explorações que providenciam menos de metade do rendimento da família (A); e as médias e grandes explorações que asseguram mais de 50% desse rendimento (B). No todo, representam 90%, 83% e 75%, respetivamente, do n.º de explorações, do trabalho e do valor da produção da agricultura familiar.

2º O agrupamento A – muito pequenas e pequenas explorações com papel secundário no rendimento da família – destaca-se pelo acentuadíssimo domínio em n.º de explorações (87%) e trabalho (80%) e origina também uma parcela importante (38%) do valor da produção da agricultura familiar; a categoria de explorações cujo rendimento exterior provém maioritariamente de pensões representa mais de metade deste agrupamento e 45% e 37% do n.º de explorações e das UTA de toda a agricultura portuguesa.

3º O agrupamento B – médias e grandes explorações que asseguram mais de 50% do rendimento da família – pesa muito pouco em número de explorações e volume de emprego, mas dá um contributo significativo (37%) para o valor da produção da agricultura familiar, o qual se eleva a 53% se incluídas as restantes médias e grandes explorações familiares.

Em síntese, na agricultura familiar portuguesa do início da atual década identificam-se dois polos extremos, um deles com 87% do n.º de explorações e o outro apenas com 3,5%, mas ambos com pesos importantes e equilibrados em termos produtivos. Todavia, esta bipolaridade não anula os matizes da agricultura familiar, irreduzíveis a uma representação bipolar e mesmo a qualquer tipologia simplificada.

O recurso aos critérios dimensão económica e fontes de rendimento ajuda a compreender a diversidade socioeconómica da agricultura familiar³. O valor da produção padrão não é a melhor variável para analisar o rendimento e a racionalidade económica dos agricultores, pois mede a produção bruta e não o valor acrescentado pelas explorações, não obstante revelou-se bem útil. Espera-se que este esboço da importância e diversidade da agricultura familiar em Portugal dê algum contributo para um conhecimento que se reconhece muito mais amplo e plural.

3 Sobre a fundamentação das virtualidades e operacionalização dos critérios de classificação dimensão económica e rendimentos das explorações agrícolas e agricultores, ver: F. Cordovil (1992), Estratégias Produtivas e Rendimentos Agrícolas (volumes I e II), dissertação para doutoramento em Economia, ISEG-UTL.

Conceitos e Fontes

- **A entidade analítica nuclear é a exploração agrícola na aceção consignada pelo Sistema Estatístico Nacional e especificamente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).**
<http://smi.ine.pt/ConceitoPorTema>
- **Superfície Agrícola e Florestal:** soma da SAU – o conjunto das superfícies ocupadas *com terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes, pastagens permanentes - e da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto (floresta estreme).*
- **Produtor autónomo:** *a pessoa singular que utiliza maioritariamente mão-de-obra agrícola familiar (própria, do seu agregado doméstico ou de outros familiares), sendo o recurso ao trabalho assalariado menos expressivo.* Por conseguinte o trabalho na exploração constitui o parâmetro exclusivo de delimitação concetual do universo de *produtores autónomos*. No caso, o trabalho, expresso em volume de mão-de-obra, *maioritariamente familiar.*
- Ao conjunto dos *produtores autónomos* e respetivas explorações agrícolas, atribui-se a designação de **agricultura familiar** (que também se identifica por explorações agrícolas familiares, **EAF**).
- O volume de mão-de-obra mobilizado na exploração, com origem na família ou no assalariamento (trabalhadores permanentes, eventuais ou não contratados diretamente pelo *produtor*), é avaliado pela *unidade de medida* [**Unidade de Trabalho Ano, UTA**] *equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).*
- Os traços caracterizadores da **agricultura familiar** no ano agrícola 2008/09 (INE, *RA2009*) alicerçam-se em **apuramento específico** (INE/Gabinete de Planeamento e Políticas do MAM) focalizado nas explorações agrícolas de produtores *singulares autónomos* em que o contributo do trabalho familiar supera os 50% do total das UTA. Este apuramento permitiu delimitar com mais rigor o universo da agricultura familiar do que o subjacente à publicação dos dados do *RA2009*, o qual se baseou na auto-classificação dos agricultores, que conduziu na prática à classificação como agricultores *autónomos* de alguns produtores que empregam maioritariamente mão-de-obra não familiar. No referido apuramento específico dos dados do *RA2009*, as explorações classificaram-se em função da dimensão económica (DE), da natureza jurídica dos produtores e, no caso dos *produtores singulares*, conforme a proveniência dos rendimentos do agregado doméstico do agricultor.
- A dimensão económica (**DE**) é definida com base no **Valor de Produção Padrão Total (VPPT)** *da exploração: soma dos diferentes VPP obtidos por estimativa para cada atividade através da multiplicação de valores por hectare ou por cabeça de gado pelas áreas ou efetivos pecuários correspondentes; sendo o VPP (Valor de Produção Padrão) o valor monetário médio [quinquénio 2005 a 2009] da produção agrícola numa dada região, obtido a partir de preços de venda à porta da exploração.* Assume-se a **classificação das explorações segundo a DE:** *Muito Pequenas <8.000 €; Pequenas 8.000 a <25.000 €; Médias 25.000 a <100 000 €; Grandes> = 100.000 €.*
- Os **rendimentos do agregado doméstico do produtor singular** (no caso agricultor familiar): primeiro, *a atividade produtiva da exploração, da atividade florestal anualizada e das ajudas/subsídios agrícolas e outras atividades lucrativas não agrícolas da exploração, após dedução de todos os custos decorrentes da produção;* depois, o rendimento exterior à unidade agrícola. O *RA2009* registou as seguintes origens de proventos: exploração agrícola, salários (dos setores primário, secundário e terciário), atividade empresarial, pensões e reformas e outras (*subsídio de desemprego, abono de família, remessas de emigrantes, rendas, juros e dividendos, etc.*).
- As três **manchas territoriais delimitadas no Continente** congregam as NUTS III (versão de 2002): **Norte e Centro Litoral** – Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Dão-Lafões e Pinhal Interior Norte; **Norte e Centro Interior** – Alto de Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Cova da Beira, Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo; **Sul** – Oeste, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Lezíria do Tejo, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Algarve.



● Assunção Cristas

Ministra da Agricultura e do Mar

Agricultura familiar Uma história com passado, presente e acima de tudo, com futuro

As explorações familiares constituem unidades fundamentais para o fortalecimento da coesão do tecido social em meio rural, desempenhando ainda um papel importantíssimo no fornecimento de bens públicos, como a gestão de territórios, muitas vezes com problemas de despovoamento e desertificação, e exercendo práticas ambientais insubstituíveis para a preservação da biodiversidade e da paisagem. A agricultura familiar tem ainda um papel relevante na produção de alimentos, na criação de emprego, na garantia de rendimentos familiares e na sustentabilidade económica das zonas rurais, papel que assume especial relevância em momentos de crise. Nos últimos anos a importância destas estruturas fez-se sentir, acima de tudo, na criação de emprego local e de garantia dos rendimentos familiares. Uma grande parte da mão-de-obra agrícola familiar exerce outra atividade remunerada em complemento da agricultura,

havendo muitos casos em que as atividades não agrícolas exercidas pelos produtores e seus familiares são dominantes, pelo que a agricultura constitui uma fonte de rendimento complementar, assumindo um papel de especial destaque garantindo equilíbrio e diversificação.

Esta é uma realidade não apenas portuguesa, como aliás em todo o mundo. De forma excessivamente simplista, tendemos por vezes a associar a agricultura familiar à pequena agricultura e à agricultura de subsistência. No entanto, mesmo em explorações de maior dimensão verificamos também uma prevalência de utilização de mão-de-obra familiar, o que, a par de outras características, nos leva a poder afirmar que, se todas as pequenas explorações são agricultura familiar, nem toda a agricultura familiar está representada na agricultura de pequena dimensão. Aliás, do ponto de vista sociológico e comportamental, a agricultura familiar é, em si mesma, um traço social que vai bem para além da dimensão da exploração.

É, portanto, óbvio a importância que tem para Portugal apoiarmos a agricultura familiar, sendo que o Ministério da Agricultura e do Mar, atento à importância que este tipo de agricultura assume em Portugal, quer nos aspetos económicos, sociais e ambientais, nomeadamente na segurança alimentar, preservação dos produtos tradicionais, proteção da agrobiodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, quer no papel que desempenha na sustentabilidade dos territórios rurais, associou-se de alma e coração à iniciativa da ONU, que proclamou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

Esta associação traduziu-se no envolvimento direto de ações, no apoio a iniciativas da sociedade civil que pretenderam dar a conhecer a Agricultura Familiar e as suas potencialidades, bem como promover uma reflexão sobre o papel da agricultura familiar no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, reposicionando-a no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais na nossa agenda, identificando lacunas e oportunidades para promover uma mudança que conduza a um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado.

Para perceber a importância da Agricultura Familiar em Portugal é importante olharmos para os nossos dados. De facto, cerca de 90% das explorações são consideradas agricultura familiar, representam 80% do emprego agrícola e ocupam cerca de 50% da superfície agrícola, contribuindo para sensivelmente 50% do valor de produção. Estes números espelham a realidade e apontam para os desafios que se colocam à sustentabilidade da Agricultura Familiar, que são múltiplos e assumem dimensões tão diversas como a económica, a ambiental e a social, a que acresce ainda a dimensão territorial.

A nossa visão estratégica nacional para a agricultura e desenvolvimento rural, estabelecida em maio de 2012, “A autossuficiência alimentar, em valor, do setor agroalimentar em 2020 com o contributo do território nacional como um todo”, traduz bem o que queremos para o nosso setor e em nada colide, pelo contrário, com a dinamização da Agricultura Familiar.

No decurso da preparação do PDR2020, foram identificadas três grandes áreas de necessidades e oportunidades, que podem reforçar o desígnio da Agricultura Familiar:

- Aumento sustentável da capacidade de gerar valor acrescentado;
- Promoção de uma gestão eficiente dos fatores e proteção dos recursos naturais: solo, água, ar e biodiversidade;
- Criação de condições para a manutenção de um espaço rural económica e socialmente viável.

Por essa razão, fortalecemos os instrumentos de políticas relevantes da Política Agrícola Comum para atender a este tipo de agricultura, quer ao nível do primeiro pilar:

- A decisão de aplicar em Portugal o regime da pequena agricultura, que visa simplificar o apoio aos agricultores e terá especial importância para a Beira Interior, pois estima-se que 70% dos agricultores desta região estejam abrangidos por este regime;
- Potenciámos os pagamentos ligados para minimizar os impactos negativos desta reforma em setores ou territórios mais expostos:
 - a decisão nacional por manter os pagamentos ligados aos pequenos ruminantes, terá grande impacto nesta região e bem demonstra o nosso interesse pela manutenção de atividade de pastorícia nestas zonas - cerca de 17% dos agricultores desta região têm uma orientação produtiva predominantemente vocacionada para esta atividade;
 - sinalizo ainda a importância dos pagamentos ligados às vacas aleitantes, que permitirá manter o nível de apoio numa significativa extensão do território da Beira Interior (5% nº beneficiários, 27% SAU);
 - e a introdução de um pagamento ligado às vacas leiteiras, que permitirá atenuar o impacto negativo do efeito da convergência interna.
- Aplicámos ao máximo o Apoio aos Jovens Agricultores, para estimular o rejuvenescimento do setor;

Quer ao nível do segundo pilar, pois considero determinante para uma boa aplicação no nosso país do Regime dos Pagamentos Diretos a articulação com o Programa de Desenvolvimento Rural, de forma a criar complementaridade face às disposições previstas.

Destaco os pontos que, penso, terão mais relevância para a Agricultura Familiar:

- O apoio à Manutenção das Atividades Agrícolas em Zonas Desfavorecidas, que incluem as zonas de montanha e as restantes zonas desfavorecidas e que visa contribuir para uma utilização continuada de superfícies agrícolas em zonas que apresentem condições naturais desfavoráveis, nomeadamente com o objetivo de manutenção da paisagem rural e da conservação e promoção de sistemas agrícolas sustentáveis;

- As medidas agroambientais, que têm também como objetivo compensar os agricultores pelos custos adicionais e pelas perdas de rendimentos decorrentes das limitações à produção agrícola da zona em causa, minimizando assim o risco de abandono e potenciando condições para uma maior coesão territorial, bem como compensar os agricultores pela valorização dos bens públicos associados às atividades agrícolas e florestais;
- O apoio aos jovens agricultores, promovendo a entrada e a permanência no setor de agentes com maior potencialidade de inovação dos territórios rurais - a atratividade do setor aos jovens é um facto, como se vê pela procura crescente por parte dos jovens de apoios para a instalação na atividade agrícola (só o PRODER apoiou a instalação de 6700 jovens agricultores nos últimos 3 anos);
- A promoção do investimento em infraestruturas, modernização e em tecnologias mais eficientes, que constitui um dos principais fatores de competitividade das explorações agrícolas e das indústrias agroalimentares, devendo o mesmo ser promovido de uma forma sustentável, quer através de proteção dos recursos, quer através de uma utilização eficiente dos mesmos;
- Também a criação de condições para uma maior concentração da produção assume um papel importante na estratégia definida, sendo o reforço da organização da produção, assegurado pelo apoio à criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores, à atuação de Organizações de Interprofissionais e à integração empresarial, com vista a aumentar a capacidade de gerar valor a montante, contrariando o desequilíbrio existente ao nível da cadeia de valor;
- A inovação e o conhecimento terão um papel relevante, mediante o apoio à formação, aconselhamento e o apoio à constituição de parcerias - Grupos Operacionais, com vista à operacionalização de projetos de inovação em áreas temáticas consideradas prioritárias, tendo em vista a melhoria da produtividade e a sustentabilidade da agricultura;
- O contributo do apoio direto ao rendimento, em articulação com o apoio à gestão de risco e crises, por forma a criar um quadro de estabilidade à atividade agrícola, que atenuar os efeitos na produção, nomeadamente o apoio ao seguro de colheitas que se pretende que seja o mais universal possível;
- No setor florestal prevê-se um conjunto de instrumentos de apoio, quer ao nível do investimento (colheita, comercialização incluindo a transformação industrial de produtos florestais, como cortiça), quer ao nível da sustentabilidade, prevenção e restabelecimento da floresta contra agentes bióticos e abióticos e melhoria da resiliência ambiental;



- Finalmente destaco a importância da abordagem LEADER no desenvolvimento local, nomeadamente visando o apoio a pequenos investimentos e a promoção de cadeias de comercialização curtas e dos mercados locais, que em muitos casos são a resposta para o posicionamento no mercado de pequenos agricultores ou de agricultores inseridos em zonas com maiores condicionantes geográficas e de acessibilidade. Neste quadro esta abordagem contará com uma articulação com os Fundos da Política de Coesão (FEDER e Fundo Social Europeu), para potenciar ainda mais este tipo de abordagem aos territórios.

Acredito que a Política Agrícola Comum - PAC - e as decisões nacionais que tomámos para a sua aplicação em Portugal, no horizonte 2020, trazem relevantes apoios para defender a agricultura familiar no seu dinamismo, resiliência e atratividade, que espero sejam aproveitadas, pois tenho a convicção de que a agricultura, o mundo rural e o setor agroalimentar são peças chave do desenvolvimento e da identidade do nosso País.

Pontos de Vista



● João Ferrão

Geógrafo. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Agricultura familiar e Território: Geografias em metamorfose

A atividade agrícola, pela sua natureza, é fortemente territorializada. A agricultura tradicional era-o por duas razões. Por um lado, pela sua dependência em relação a aspetos físicos locais: características edáficas, orográficas, climáticas, etc. Por outro, pela forma como estruturava o quotidiano das comunidades rurais nos domínios social, cultural e económico. No Portugal rural-agrícola, que prevaleceu até às décadas de 50 e 60 do século passado, a agricultura e os espaços que se lhe associam são inteligíveis à luz de uma visão geo-histórica. De facto, esta perspetiva permite revelar e compreender o essencial do modo como distintos sistemas agrícolas evoluíram ao longo do tempo em permanente diálogo com as características dos territórios onde eram praticados.

É verdade que a introdução de novos produtos provenientes de outras áreas do planeta a partir do século XVI, como a batata e sobretudo o milho, desencadeou impactes importantes nos campos, no primeiro caso de forma mais difusa e limitada, mas no segundo de um modo suficientemente intenso para justificar a expressão “revolução do milho” proposta por Orlando Ribeiro. Alteram-se práticas de produção e consumo, transformam-se paisagens, mas a territorialização da agricultura, no duplo sentido acima referido, continua a prevalecer.

As ideias de modernidade e de progresso científico e técnico apenas a partir de finais do século XIX se fazem sentir no domínio da agricultura. O Alentejo, primeiro com grandes arroteamentos de terras que permitiram a expansão cerealífera e mais tarde através do recurso à mecanização e à criação de perímetros de irrigação e de outras obras hidráulicas, é pioneiro





de processos de reterritorialização, isto é, de reinvenção da base agrícola e das suas condições territoriais, que irão estender-se a outras áreas do país com forte presença de explorações patronais de grande e média dimensão, com destaque para o Ribatejo. O conhecimento científico e técnico, complementado por medidas de política agrícola, vai permitir construir novas territorialidades através, nomeadamente, do crescente domínio das condições físicas locais. Mantém-se, contudo, a existência de uma forte imbricação, ainda que reconstruída, entre agricultura, modos de vida e paisagens.

A *agricultura tradicional territorializada* e a *agricultura patronal reterritorializada* são as duas faces do Portugal rural-agrícola que Amorim Girão encontrou e fixou, em 1938, no seu mapa das províncias que durante várias décadas esteve presente em todas as escolas do país, contribuindo para criar referenciais identitários que ainda hoje permanecem vivos.

Os anos 60 do século XX, com os processos de urbanização, modernização económica e emigração, marcam o final do Portugal rural-agrícola. Abre-se então um novo ciclo, intensificado com a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986 e com os impactes da política agrícola comum (PAC), marcado por uma segmentação crescente no seio das explorações agrícolas e por uma diversificação acentuada da sua relação com o território. Durante os últimos 25 anos foram emergindo quatro situações-tipo neste domínio, que podemos designar, respetivamente, por territorialização qualificada, reterritorialização renovada, desterritorialização e territorialização regressiva.

A primeira – *territorialização qualificada* – traduz uma trajetória de evolução positiva a partir dos velhos processos de agricultura territorializada. As áreas de denominação de origem e as indicações geográficas (vinho, cereja, carne e queijos de algumas raças autóctones, etc.) ilustram, de forma exemplar, esta evolução. Mas esta primeira situação-tipo não integra apenas casos de produção certificada. Ela inclui todos os territórios em que os avanços de capacidade de inovação (produtos, processos, mercados, etc.), de produtividade e de rendimento se deram a partir da qualificação de sistemas agrícolas com um forte enraizamento geo-histórico, como a viticultura e a fruticultura. A agricultura familiar em que o rendimento é exclusiva ou maioritariamente proveniente da exploração agrícola tem aqui um papel importante, a par da agricultura patronal.

A segunda situação-tipo – *reterritorialização renovada* – beneficia da crescente empresarialização do setor, em parte apoiada no sistema de ajudas diretas da PAC em vigor a partir de 1992, e baseia-se em processos diversificados, como a introdução extensiva de novos produtos (eucalipto, por exemplo), a alteração significativa das condições físicas locais (criação ou expansão de áreas irrigadas) e novas combinações de atividades agrícolas e não agrícolas (agroindústria, turismo e lazer, serviços ecossistémicos, etc.).

Assim como a territorialização qualificada é a herdeira de uma parte da agricultura territorializada tradicional, estas novas ondas de reterritorialização reforçam a alargam, em geral, as áreas de reterritorialização mais antiga, com forte presença de explorações patronais. De certa forma, e ao contrário das duas situações-tipo seguintes, estes dois tipos de processos expressam a afirmação das áreas do Portugal rural-agrícola em que o urbano e o rural, o agrícola e o não-agrícola, se interpenetram de forma cada vez mais intensa.

A agricultura *desterritorializada* é claramente pós-Portugal rural-agrícola. Não tem uma geo-história, isto é, não resulta de uma trajetória evolutiva de acomodação, adaptação ativa ou transformação das condições locais. A sua localização e o seu desenvolvimento obedecem a fatores funcionais: proximidade aos grandes centros consumidores, boa acessibilidade aos mercados nacionais e internacionais. As estufas de produtos hortícolas, pequenos frutos ou flores, em muitos casos sem qualquer tradição no país, e a produção intensiva de porcos e animais de capoeira (carne e ovos) ilustram bem esta situação. Também neste caso a agricultura familiar em que a exploração é a fonte maioritária ou exclusiva de rendimento pode alcançar uma expressão significativa.

A quarta situação-tipo é a territorialização regressiva. Corresponde à componente (potencialmente) malsucedida herdeira dos velhos processos de agricultura territorializada. Abarca, contudo, graus de resiliência muito diversificados: manutenção de atividades agrícolas (fruta, olival, vinha, etc.) através de complementos de rendimento provenientes de outras atividades, sobrevivência de atividades agrícolas viabilizada por transferências sociais (pensões, reformas) e apoios no âmbito da PAC aos agricultores residentes em zonas desfavorecidas, substituição das atividades agrícolas por floresta ou, no extremo, abandono do uso da terra e generalização de incultos.

As situações mais críticas de territorialização regressiva ocorrem em áreas com forte incidência simultânea dos processos de despovoamento, em termos humanos, e de desertificação, em termos físicos. Em todos estes casos prevalece a agricultura familiar, mas com níveis de viabilidade e de articulação com o território que são distintos em natureza, intensidade e durabilidade. A geografia destes quatro processos-tipo em curso não apaga totalmente as províncias de Amorim Girão. Na verdade, as novas geografias em formação, ainda que em forte mutação e, por isso, com delimitações muitas vezes imprecisas, transportam inevitavelmente consigo as territorialidades fundadoras do Portugal rural-agrícola. Com a sua variedade interna, a agricultura familiar tem contribuído, contudo, para refazer velhos mapas, revitalizando, reinventando e assegurando a sobrevivência de formas de territorialização baseadas nas duas componentes inicialmente referidas: valorização das condições físicas locais e desenvolvimento das comunidades. Fenómenos tão distintos como a atual situação de crise, novas concepções de segurança e soberania alimentar ou perspectivas inovadoras sobre as finalidades de uma economia mais orientada para o bem-estar dos cidadãos poderão estimular novas práticas de agricultura familiar. No seu microcosmos muito particular, as hortas urbanas são, talvez, um indício simbólico dessa possibilidade: afinal, e como nas comunidades rurais, aí se encontram famílias, vizinhos e amigos para produzir e conviver, contribuindo ainda esses reduzidos espaços agrícolas para o restabelecimento de ecossistemas urbanos há muito destruídos pelo sonho moderno, tantas vezes transformado em distopia, de produção de novas territorialidades urbanas libertas da natureza e emancipadas do rural. Poderá uma nova geração de cidadãos contribuir para a afirmação de um ciclo onde a agricultura familiar detenha um papel relevante na territorialização qualificada de uma sociedade inevitavelmente urbana?

Pontos de Vista



● Vitor Barros

Investigador (aposentado) e Coordenador da Comissão Nacional da Dieta Mediterrânica

Agricultura Familiar e Dieta Mediterrânica

A Agricultura Familiar (AF) não é uma categoria social recente, nem lhe corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. Contudo, com a importância que lhe é atribuída pelo assinalar do Ano Internacional a ela dedicado pela FAO, assume ares de novidade e, sobretudo, de renovação. A AF, entendida como a forma de organizar a produção que é gerida pela família e que depende principalmente da mão-de-obra familiar, é a forma predominante de produção de alimentos em muitos contextos socio-económicos mundiais. De facto, desempenha um papel determinante no que





respeita à segurança alimentar e nutricional, sendo ainda um fator essencial na gestão dos recursos naturais, na proteção do ambiente, no desenvolvimento dos territórios e na melhoria das condições de vida familiares.

Entre nós é de registar, de acordo com Cordovil e Rolo (cf. Artigo neste número), que 93% do total de explorações agrícolas do Continente são familiares, as quais são responsáveis pela exploração de 48% da superfície agrícola e florestal, onde são gerados 47% do Valor da Produção. Este universo produtivo dá emprego a 81% das unidades de trabalho agrícola.

A AF é ainda a forma preponderante de produção agrícola em várias regiões do país (cf. Mapa da página 14 em Cordovil e Rolo), estando associada à dimensão espacial do desenvolvimento, ao permitir uma distribuição populacional equilibrada no território, constituindo-se, deste modo, como elemento estruturante e impulsionador do desenvolvimento comercial e de serviços, logo de maior sustentabilidade.

A AF está longe de ser homogénea. Pelo contrário apresenta-se muito diversificada, sendo constituída por 3 grandes blocos: pequena agricultura articulada com pensões, pequena agricultura articulada com salários e média/grande agricultura com rendimentos essencialmente provenientes da exploração. As duas primeiras registam um maior peso social/demográfico, enquanto a última manifesta um maior peso económico.

Na pequena exploração familiar articulada com as pensões, o objetivo é a obtenção de um conjunto importante de receitas monetárias e em natureza provenientes da exploração, para complementar reformas e pensões de valor insuficiente. A estratégia consiste: (i) na prática de um sistema produtivo com dupla orientação – atividades para o mercado e produção diversificada para fins múltiplos com destaque para o autoconsumo; (ii) utilização da força de trabalho dos membros da família que se sentem capazes de trabalhar, complementada com entreatajuda e algumas jornas pagas.

Na pequena exploração familiar articulada com os salários, os objetivos gerais têm a ver com a obtenção de receitas monetárias provenientes do trabalho no exterior por parte do chefe de família e com a obtenção de valores de troca e de valores de uso em pequenas explorações a tempo parcial. As escolhas estratégicas destas explorações passam: (i) pela implementação de um sistema produtivo com atividades para o mercado e uma produção diversificada essencialmente para o autoconsumo, com venda de excedentes; (ii) pela ocupação da mulher na atividade agrícola

para além dos afazeres domésticos; (iii) repartição do tempo ativo disponível do chefe de família entre o emprego e a pequena exploração agrícola.

Na média/grande exploração com rendimentos maioritariamente gerados no seu seio, o agricultor tem com objetivo central a obtenção de significativas receitas monetárias. Compreende-se pelo facto da maior centralidade que a exploração desempenha na atividade e na economia da família. Neste caso, pelo maior envolvimento de recursos próprios e alheios e pela inserção no mercado, a gestão da exploração obriga a maiores cuidados, envolvendo riscos acrescidos.

Em termos de racionalidade económica, os dois primeiros blocos distinguem-se do terceiro por uma maior diversificação cultural e lógica de subsistência, ao passo que a terceira se encontra mais integrada no mercado, sendo capaz de incorporar mais avanços técnicos e de responder a políticas públicas.

A pequena agricultura familiar está muito relacionada com a multifuncionalidade, ou seja, para além de produzir alimentos e matérias-primas, gere a ocupação de vastas áreas, modelando a paisagem, favorece a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, um menor uso de fatores de produção industriais e a preservação do património genético.

Apresenta-se, assim, não apenas como fornecedora de bens, mas também de serviços ambientais, procurando responder a certas aspirações simbólicas da sociedade, como a preservação da paisagem e da cultura local.

A Dieta Mediterrânica, recentemente reconhecida como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, baseia-se num elevado consumo de produtos vegetais produzidos localmente, frescos e da época. Ao implementar escolhas estratégicas fundadas numa grande diversificação de culturas para o autoconsumo com vendas de pequenos excedentes, a pequena agricultura familiar propiciou tradicionalmente à família agricultora um regime alimentar saudável e de grande qualidade, o qual de alastrou às famílias das suas redondezas a partir da venda dos excedentes nos mercados locais e regionais. À pequena agricultura familiar coube, assim, a função de conservação de germoplasma de variedades cultivadas locais. Podemos afirmar, para concluir, que Agricultura Familiar e Dieta Mediterrânica são duas faces da mesma moeda – a de uma agricultura sustentável ao serviço de uma alimentação saudável.

Agricultura Familiar: três perguntas a...

Pontos de Vista



três
perguntas a...

● Direção da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

1 Na perspetiva da FAO a agricultura familiar é um modelo de agricultura que tem por base o trabalho familiar e é uma “construção multifuncional”, na qual é necessário considerar critérios económicos, sociais, culturais e históricos. Na perspetiva da CNA quais os critérios objetivos que considera mais adequados para caracterizar a agricultura familiar em Portugal?

A CNA considera que a perspetiva da FAO está correta e tem plena aplicação em Portugal e na agricultura Europeia. A definição que defendemos e que recentemente aprovámos na Carta e no Estatuto da Agricultura Familiar baseia-se principalmente na mão-de-obra utilizada na exploração. A Agricultura Familiar é aquela que trabalha direta e maioritariamente a terra e enquadra os titulares da exploração e respetivos agregados familiares. Trabalha e produz com base na gestão e na mão-de-obra do agregado familiar, por vezes complementada com o rendimento de outras atividades, podendo recorrer, de forma permanente ou sazonal, a mão-de-obra assalariada, em volume global de trabalho não superior ao da família.

2

No momento em que estamos a iniciar um novo período de programação, que medidas de política pública destaca como especialmente vocacionadas para a pequena agricultura familiar?

Na opinião da CNA que outras medidas podiam ser perspetivadas?

Desde que a política agrícola comum começou a ser aplicada em Portugal, com a entrada de Portugal na então CEE, em 1985, os agricultores foram sendo transformados em meros produtores de matéria-prima ao mais baixo preço para o grande agronegócio, da indústria e da distribuição. As ajudas públicas são, no geral, mal aplicadas e mal distribuídas. Este processo tem funcionado como um autêntico rolo compressor a esmagar a Agricultura Familiar e o Mundo Rural Português e a privilegiar modos de produção delapidadores do ambiente, do material genético e de outros recursos naturais. A mais recente Reforma da PAC não vem melhorar a situação, antes a vem agravar, exemplo disso é a cada vez menor capacidade dos estados de intervir no mercado. Assim, são poucas as medidas de política pública especificamente direcionadas para a agricultura familiar, e quando existem ficam aquém das expectativas. Destacamos, nas ajudas diretas, a criação de um regime para a pequena agricultura (mecanismo para o qual os pequenos e médios agricultores lutaram para que fosse estabelecido), no entanto o valor do pagamento por agricultor é bastante inferior ao permitido pelos próprios regulamentos europeus. Já no segundo pilar da PAC destacamos a introdução de Medidas de Apoio a produções e sistemas tradicionais. Muito mais poderia ter sido feito, porém o Ministério da Agricultura e o Governo optaram por medidas e apoios desenhadas para uma agricultura de maior dimensão, relegando a agricultura familiar para segundo plano. O que podemos resumir das políticas aplicadas nos últimos anos é que o desenvolvimento da agricultura familiar está longe de ser prioritário.

A CNA tem apresentado diversas medidas e propostas alternativas, desde logo um estatuto específico para agricultura familiar, um estatuto que permita a criação de um regime de segurança social e um regime fiscal próprios, que tenham em conta o rendimento efetivo da atividade agrícola e em que sejam valorizados os serviços públicos prestados.

Consideramos ser essencial uma política de preços justos à produção e de escoamento dos seus produtos. Esta deverá ser a prioridade das prioridades. Nas ajudas diretas será importante melhorar, e muito, a distribuição das ajudas, para isso é essencial a aplicação de um verdadeiro plafonamento e modulação de todas as ajudas diretas. Mecanismos como o pagamento redistributivo têm de ser aplicados. Será também importante a atribuição das ajudas apenas a quem produz.

Já no Desenvolvimento Rural defendemos a existência de uma Medida Nacional de apoio ao investimento, específica para agricultura de pequena escala. A medida prevista no PDR2020 não tem esse cariz e, na nossa opinião, não vem resolver o problema do PRODER onde apenas 6% dos agricultores conseguiram aceder às medidas de apoio ao investimento.

3

Para além das políticas públicas, as organizações de agricultores podem ter um importante papel na resposta a alguns desafios que se colocam à agricultura familiar. Que iniciativas prevê a CNA desenvolver neste sentido?

As organizações de agricultores só podem desempenhar o seu papel no desenvolvimento da agricultura familiar se o Governo garantir iguais condições a todas as que trabalham junto dos agricultores. A CNA tal como tem feito até agora pretende continuar a lutar pela melhoria das condições de vida dos pequenos e médios agricultores, e temos previsto desenvolver uma ampla campanha junto dos decisores políticos, no sentido de fazer aprovar em Portugal um estatuto específico para a agricultura familiar.

Consideramos ainda importante continuar a apostar no apoio técnico dos nossos agricultores, na sua capacitação através da formação profissional, e na organização da produção.

Nota: as respostas estão baseadas na Carta da Agricultura Familiar e no Estatuto da Agricultura Familiar, documentos aprovados no VII congresso da CNA por perto de 2000 Agricultores. Ambos os documentos podem ser consultados em www.cna.pt



Pontos de Vista



três
perguntas a...

● Luís Mira

Secretário-Geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)

1

Na perspetiva da FAO a agricultura familiar é um modelo de agricultura que tem por base o trabalho familiar e é uma “construção multifuncional”, na qual é necessário considerar critérios económicos, sociais, culturais e históricos. Na perspetiva da CAP quais os critérios objetivos que considera mais adequados para caracterizar a agricultura familiar em Portugal?

A definição de agricultura familiar tendo por base o trabalho realizado pela família é dificilmente diferenciável em Portugal, uma vez que a generalidade das explorações agrícolas, independentemente da sua dimensão, tem por base exatamente a família e são sobretudo empresas familiares. É, porém, possível distinguir o conceito de agricultura de subsistência, tendo em conta a produção que se destine a consumo próprio e não a atividade comercial. Seria, portanto, provavelmente mais fácil utilizar este conceito para distinguir a atividade agrícola que se destine ao consumo e à subsistência da família, face à agricultura enquanto atividade económica e setor de atividade profissional, a qual terá necessariamente intuito comercial.

2

No momento em que estamos a iniciar um novo período de programação, que medidas de política pública destaca como especialmente vocacionadas para a pequena agricultura familiar?

Na opinião da CAP que outras medidas podiam ser perspetivadas?

A Política Agrícola Comum (PAC) possui mecanismos de apoio e compensação para os agricultores, fixando já com início em 2015 um valor mínimo de 500 euros em ajudas a receber. Serão cerca de 100 mil os agricultores que estavam abaixo deste limiar e que agora passam a beneficiar desta decisão. É exatamente este tipo de medidas de carácter económico-social que poderá compensar os agricultores de baixos rendimentos.

3

Para além das políticas públicas, as organizações de agricultores podem ter um importante papel na resposta a alguns desafios que se colocam à agricultura familiar. Que iniciativas prevê a CAP desenvolver neste sentido?

De facto, as organizações associativas têm um papel fundamental no esclarecimento dos agricultores sobre os seus direitos e os seus deveres, quer seja no quadro da política europeia quer seja no domínio nacional. Assim, numa altura em que se inicia uma nova PAC, a CAP irá precisamente dar continuidade a à divulgação massiva que tem vindo fazer a propósito das novas regras da PAC para o período que agora se inicia.



Pontos de Vista



três
perguntas a...

● Francisco Silva

Secretário Geral da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL (CONFAGRI)

Agricultura Familiar: marca do setor cooperativo

1

Na perspetiva da FAO a agricultura familiar é um modelo de agricultura que tem por base o trabalho familiar e é uma “construção multifuncional”, na qual é necessário considerar critérios económicos, sociais, culturais e históricos. Na perspetiva da CONFAGRI quais os critérios objetivos que considera mais adequados para caracterizar a agricultura familiar em Portugal?

O conceito de agricultura familiar, tal como definido pela FAO, é suficientemente amplo para incorporar diferenciações nacionais ou regionais. A realidade portuguesa não se afasta muito dessa definição.

Considero que o fator mais marcante da nossa agricultura familiar reside no facto de a grande maioria – e em muitos casos a totalidade – do trabalho nas explorações ser realizado pelos membros do agregado doméstico. A exploração agrícola familiar não se pode confundir, porém, com o minifúndio. Apesar de todas as pequenas e muito pequenas explorações serem de carácter familiar, o contrário não é necessariamente verdadeiro. Ou seja, existem muitas empresas agrícolas de gestão familiar que não são pequenas em sentido económico, algumas das quais faturando várias



centenas de milhares de euros. O que em última instância importa no modelo de gestão familiar é a origem maioritária do fator trabalho. Ou seja, na exploração familiar a propriedade dos fatores de produção capital e trabalho é da mesma entidade: o agregado familiar. Ao contrário do modelo de exploração capitalista, em que a maioria ou totalidade do trabalho é assalariado ou contratualizado fora da exploração e, conseqüentemente, a propriedade dos dois fatores de produção não é coincidente.

Uma segunda característica da agricultura familiar é a da gestão solidária entre os membros do respetivo agregado. Solidariedade essa que implica por regra uma visão comum do rendimento global dos seus membros. O que pode levar ao desenvolvimento de atividades complementares à agricultura ou mesmo que algum ou alguns deles tenham que desenvolver atividades fora da exploração, no caso de o fluxo de rendimento gerado pela atividade agrícola não ser suficiente para o conforto do agregado familiar. Por tal razão, a agricultura familiar está frequentemente associada a situações de pluriatividade e de plurirrendimento. E também à multifuncionalidade, já que é a cultura camponesa dos membros dos agregados das explorações familiares que constitui o pilar central da ocupação dos territórios rurais. Sem a sua presença não haveria produção, mas também não haveria aldeias povoadas, não haveria património material e imaterial no nosso mundo rural, não haveria as paisagens que são as marcas distintivas dos territórios, etc.

2

No momento em que estamos a iniciar um novo período de programação, que medidas de política pública destaca como especialmente vocacionadas para a pequena agricultura familiar?

Na opinião da CONFAGRI que outras medidas podiam ser perspectivadas?

Ocorrem-me de imediato duas.

A primeira é que se acabe de vez com o preconceito de que as explorações familiares não têm uma lógica económica. Nada de mais errado. A exploração familiar tem a mesma lógica de qualquer empresa: obter e melhorar resultados; porque sem eles não há remuneração suficiente para o sustento do agregado doméstico. Porém, ao contrário do modelo de

gestão capitalista, na exploração familiar existem outras preocupações de natureza sociocultural e humana, enraizada numa matriz de solidariedade profunda. Devo dizer que me tenho apercebido de que este preconceito existe especialmente em certos sectores da Administração Pública e que lhes serve de argumento para penalizarem a agricultura familiar quando chega a hora de distribuir os apoios públicos.

A segunda medida que considero fundamental para a pequena agricultura, em pé de igualdade com a primeira, é a da simplificação de procedimentos e a minimização da burocracia por parte das entidades públicas. Desde questões de fiscalidade a questões de licenciamento de atividade, a regimes de apoio, etc.

3

Para além das políticas públicas, as organizações de agricultores podem ter um importante papel na resposta a alguns desafios que se colocam à agricultura familiar. Que iniciativas prevê a CONFAGRI desenvolver neste sentido?

As organizações têm de estar ao serviço da agricultura familiar, nas suas diferentes dimensões, das económicas às sociais. No entanto considero três de muita importância, em cujo reforço a CONFAGRI está empenhada. Em primeiro lugar o aconselhamento técnico e a formação profissional, preparando os agricultores para enfrentarem os desafios que a cada momento se lhe deparam. Em segundo lugar, o reforço da organização comercial, pois a maioria das empresas agrícolas familiares são de pequena e média dimensão, tendo, conseqüentemente, uma limitada capacidade de acesso aos mercados. Em terceiro lugar considero, ainda nesta questão da comercialização, ser necessária uma forte aposta ao nível local, no sentido do reforço do que hoje se chamam as cadeias comerciais curtas, mas que na verdade são os circuitos comerciais locais. Estes ficaram completamente desarticulados e desintegrados com a globalização e o rolo compressor das grandes e médias superfícies comerciais. A CONFAGRI está empenhada na mobilização do setor cooperativo agrícola, no sentido de colocar esses circuitos de distribuição ao serviço das agriculturas locais que, assim, terão uma oportunidade de aumentar e melhorar as suas produções e gerar mais recursos para os agricultores e suas famílias.



Pontos de Vista



● António Marreiros

Técnico da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP Algarve), coordenador do Projeto FRUTALG

A agricultura familiar e a preservação das variedades tradicionais

O caso das fruteiras do Algarve

Num passado recente do Algarve, as fruteiras tradicionais foram determinantes na sustentabilidade de muitas explorações agrícolas que se caracterizavam por ser de uma forma muito determinante, empresas de agricultura familiar, em que grande parte da mão-de-obra de trabalho era assegurada pelo agregado familiar.

Nessas fruteiras destacamos o Pomar Tradicional de Sequeiro (consociação de alfarrobeira, amendoeira, figueira e oliveira) e os Citrinos, mas também outras de alguma importância, como a romãzeira, a nespereira e o pero de Monchique.

Neste contexto, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, DRAP Algarve, desenvolveu o projeto “Prospecção, Recolha, Conservação e Caracterização de Variedades Tradicionais de Fruteiras Algarvias com Interesse para a Agricultura Portuguesa”/FRUTALG, financiado pelo PRODER, com o objetivo realizar na Região do Algarve a prospecção, recolha, conservação, caracterização e valorização das variedades tradicionais das espécies acima atrás referidas (exceto a oliveira), com interesse para a agricultura portuguesa, contribuindo assim, para a valorização e preservação do património genético nacional (que se encontra ameaçado e em contínua erosão) e para um desenvolvimento sustentado do meio rural e contribuir também para o estabelecimento de uma Rede Nacional de Coleções de Variedades.



Este projeto teve como objetivos específicos:

- Valorizar o mundo rural, pela promoção das variedades tradicionais das nossas fruteiras, com um aproveitamento económico a nível local e regional;
- Com as variedades preservadas, melhorar o desenvolvimento de alguns setores da agricultura nacional, nomeadamente através da diversificação e valorização dos produtos tradicionais de base local e da Agricultura Biológica (que valoriza a opção por estas variedades), tentando assim corresponder, à maior procura por este tipo de produtos específicos, aos quais normalmente se associa uma maior qualidade.
- Contribuir com as espécies incluídas neste projeto para a elaboração de uma "Lista Nacional de Variedades Tradicionais", para posterior divulgação pelos interessados.

No âmbito do projeto foram instaladas/reinstaladas sete Coleções de Variedades Tradicionais de Fruteiras, seis no Centro de Experimentação Agrária de Tavira e uma no Centro de Experimentação Hortofrutícola do Patacão, ambos da DRAP Algarve.

Este Projeto está claramente vocacionado para a preservação das variedades tradicionais que encontramos praticamente na sua totalidade nas explorações agrícolas familiares da Região do Algarve. Aí, onde ainda predomina uma diversificação significativa das espécies cultivadas, foi onde encontramos o material vegetal que procurávamos, com destaque para os Frutos Secos. A especificidade deste material vegetal, nomeadamente pela sua diversidade, características próprias e normalmente pela qualidade das suas melhores variedades, satisfaz as necessidades dos consumidores, que procuram cada vez mais produtos diferentes, com novos sabores, o que estas variedades tradicionais e a agricultura familiar, podem dar.

Estas variedades tradicionais, estão ainda particularmente bem adaptadas às nossas condições edafoclimáticas, pois só assim se explica que muitas, apesar do abandono a que têm sido votadas, tenham estoicamente resistido e chegado até aos nossos dias. As mesmas estão também vocacionadas para a produção e consumo local, hoje conhecidos como circuitos curtos, para o escoamento das produções obtidas pelas mesmas. A sua diversidade leva, na prática, a uma redução de riscos na sua produção, à promoção da biodiversidade no espaço rural e ao desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável.

Presentemente, neste quase final ano de 2014, instalaram-se nas nossas Coleções, o seguinte número de variedades: Citrinos - 220; Alfarrobeiras - 44; Amendoeiras - 122; Figueiras - 97; Nespereiras - 19; Romãzeiras - 56 e Peros de Monchique - 26.

A Equipa Técnica do Projeto agradece o apoio dos agricultores que colaboraram com este Projeto, que tão bem sempre nos receberam nas suas terras e nos incentivaram a continuar. Sentimos o seu orgulho em colaborar e a satisfação de verem que "alguém" estava interessado em preservar as variedades tradicionais que durante muitos anos permitiram e nalguns casos ainda permitem, a continuação da sua atividade agrícola e das suas explorações familiares.

Nota: o termo "variedade", utilizado no âmbito das Coleções, corresponde a diferentes entradas/acessos das mesmas, de materiais vegetais (conhecidos ou não), de proveniência diversa, que se presumem que sejam diferentes do material vegetal já recolhido, maioritariamente disperso pelo Algarve, com boa adaptação às condições edafoclimáticas locais.



Iniciativas

Iniciativa de... ● Grão a Grão

Produtos de excelência num nicho de mercado qualificado

Criada em 1997, a Grão a Grão resulta de um projeto familiar iniciado há mais de 40 anos na Quinta das Poldras em Alfaião, concelho de Bragança. Pretendendo dar continuidade à atividade agrícola e agropecuária desenvolvida pelos pais, e revitalizar as tradições transmontanas, Nelson Preto decidiu apostar na produção e comercialização de fumeiro de porco Bísaro e, mais recentemente, de coelho.

Nelson Preto, sócio-gerente da Grão a Grão, cresceu entre a quinta, erguida a pulso pelos pais, após o conturbado retorno de Angola, para onde tinham partido na década de 1960, e a loja que entretanto abriram na cidade, Bragança, para escoar a produção. “Fui criado atrás do balcão da loja, ao pé da minha mãe”, diz Nelson Preto, recordando uma infância “sempre à volta de galinhas e porcos”.

Terminados os estudos superiores foi dar aulas mas, passados sete anos, decidiu abandonar a carreira de professor para se dedicar ao projeto familiar, procurando não só dar continuidade à atividade agrícola e agropecuária na Quinta das Poldras como expandir a área de negócio da Grão a Grão. “Era um projeto interessante e eu decidi apostar nele”, acrescenta. O grande salto deu-se há três anos quando Nelson Preto apostou na criação ao ar livre de porcos de raça Bísara (raça autóctone de suínos da região) e na produção e comercialização de carne de Bísaro, com Denominação de Origem Protegida (DOP), e diversos enchidos tradicionais (alheira, butelo,

salpicão, chouriça de carne, chouriça doce, chouriço azedo e presunto) abrangidos pelo selo de qualidade IGP (Indicação Geográfica Protegida). Contando atualmente com 200 porcas reprodutoras, que são alimentadas com cereais, castanha, tubérculos, hortícolas e frutos, 100 por cento naturais, como faz questão de acrescentar, Nelson Preto afirma ser, orgulhosamente, o maior produtor de Bísaro em Bragança. O investimento criou nove postos de trabalho na aldeia, o que é muitíssimo significativo, defende, alertando ainda para um importante emprego sazonal, nas fases de trabalho mais intenso na Quinta das Poldras.

Mais recentemente, Nelson Preto arriscou e começou a produzir também fumeiro de coelho. Mantendo os processos de fabrico dos tradicionais enchidos de porco, e apresentando-se como uma alternativa a estes, sendo uma carne mais magra, o último produto da Quinta das Poldras obteve um enorme sucesso na última edição da Feira do Fumeiro de Vinhais, o que levou o empresário a aumentar a produção de coelhos, ao ar livre, em regime extensivo. A exportação do fumeiro de coelho está já na mira do responsável da Grão a Grão, que coloca em países como a França, Finlândia e Suíça boa parte da produção da Quinta das Poldras, que não se esgota na carne e o fumeiro de Bísaro. Com 350 mil metros quadrados, a propriedade sempre se destacou numa série de culturas, nomeadamente, leguminosas, castanha e olival que permitem a comercialização de uma vasta gama de iguarias. Ameixa em calda, amêndoa (coberta, em palitos, farinha de amêndoa), azeite (extra virgem, com alecrim, pimenta), bolachas (de amêndoa, canela, noz, mel), castanhas (em calda, glacé, bombons de castanha, puré de castanha, creme de castanha), cogumelos secos, doces e compotas, mel, patês (de diferentes sabores: alheira, presunto, salpicão, morcela, porco Bísaro e azeitona verde), queijos (cabra, ovelha apimentado ou não) e queijo em azeite (com ervas aromáticas, pimentas, ou louro e malagueta), “de alta qualidade”, são comercializados pela Grão a Grão, encontrando-se à venda em lojas de produtos *gourmet*, em Lisboa e Porto, entre outras cidades. “A integração de produtos de excelência num nicho de mercado altamente qualificado” é o desafio da Grão a Grão, segundo Nelson Preto, que ambiciona um crescimento contínuo desta empresa, criada a partir de um pequeno projeto agrícola familiar, “alicerçando a sua visão na autenticidade dos sabores tradicionais aliando-os às novas técnicas de produção e conservação”.

Iniciativa de...

● Maria Eugénia Marinho

Falta formação técnica para a produção biológica

O interesse pelo modo de produção biológico, quando ainda pouco se falava do tema, levou Maria Eugénia Marinho ao que é hoje, uma produtora de suínos de Raça Bísara, em Penedono, no distrito de Viseu, para comercialização de carne fresca.

Por um lado, havia raízes na terra, os avós eram agricultores na zona de Amarante, e embora vivesse com os pais na cidade, os fins de semana e as férias eram passados no campo; por outro lado, o curso de engenharia agrónómica centrou-a na investigação das áreas sustentáveis.

Depois da licenciatura na Universidade de Vila Real, em 2001, ficou três anos a fazer investigação. Caiu depois “de paraquedas” em Penedono, para trabalhar como técnica numa cooperativa agrícola, onde ficou cinco anos.

Sempre atenta ao que se fazia na área da produção biológica, acabou por voltar à cidade natal, Amarante. Trabalhou em empresas de consultoria e em vendas de fatores de produção para agricultura biológica.

“Fui ganhando cada vez mais simpatia e uma tendência para o bio, também como consumidora, fiz formações fora da Universidade até que, reunido um conjunto de circunstâncias, em 2011, resolvi fazer um projeto de instalação como jovem agricultora”, conta Maria Eugénia Marinho.

Penedono, a terra natal do marido, voltou a ser o destino e foi aí que procurou terra.

A fase de procura de terra para arrendar ou comprar é difícil, mas com a ajuda da família, Maria Eugénia comprou cerca de 9,5 hectares, onde tem agora instalados 13 fêmeas e dois machos de suínos de raça pura Bísara.

O projeto, lançado no âmbito do PRODER para instalação de jovens agricultores, foi aprovado em 2012 e começou de imediato a ser executado.

“Com o valor do prémio e do apoio ao investimento, conseguimos fazer grande parte da instalação, mas ainda tivemos de arranjar mais algum capital. No total, investimos mais de 80 mil euros”.

Agora, pouco tempo depois do primeiro abate, realizado em agosto, a exploração de Maria Eugénia já entrou na fase de rotina em termos de produção, mas ainda está a fazer caminho na comercialização.

“O objetivo é chegar o mais possível ao consumidor final, eliminando ao máximo os custos de intermediação, mas ainda só chegamos a algumas lojas do Porto e de Braga”.

Para fazer chegar a carne fresca e embalada às lojas, Maria Eugénia subcontratou uma empresa de salsicharia de fumeiro regional, com matadouro, para garantir o abate, a embalagem e o frio.

“Estamos ainda longe de ter o percurso terminado. Trabalhamos para consolidar a produção e estamos a melhorar os processos na área da comercialização, iniciada há pouco tempo. Isto envolve muito trabalho, porque somos uma empresa muito pequena, na qual só trabalho eu a tempo inteiro, com a ajuda de uma pessoa que está a fazer um estágio profissional”. O marido da empresária trabalha fora e dá apoio ao fim de semana, tal como a filha de 17 anos. Um trabalho contínuo é o que exige uma exploração com animais em regime livre, cumprindo as normas da produção biológica.

Além das dificuldades inerentes à comercialização e em manter a pureza na produção biológica, regulada através da Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara (ANCSUB), na qual está inscrita a exploração de Penedono, Maria Eugénia queixa-se da falta de informação.

“Somos poucos a criar porcos biológicos e há muito pouca informação e formação técnica. Quando se fala em criação de suínos, somos logo remetidos para a criação intensiva em pocilgas, que nada tem a ver com os processos que seguimos. No modo de produção biológico, os porcos vivem em liberdade na quinta, onde é preciso construir abrigos e vedações, fazer desinfestação e cuidar do bem-estar animal. Tudo isto é preciso aprender e, pessoalmente, tive alguma dificuldade em fazê-lo em Portugal. Acabei por conhecer um casal de produtores irlandeses através da internet e fui à Irlanda ver a quinta deles, o que me ajudou muito na instalação.”

Quanto ao apoio financeiro, Maria Eugénia admite que foi essencial o financiamento para a instalação, mas, agora é preciso garantir que a produção e comercialização se consolidem.

“Sem podermos ficar parados a contar com apoios externos, esperamos que haja incentivos para a agricultura e produção animal biológicas no próximo ‘Quadro Comunitário de Apoio’, que começa em 2015.”



Iniciativa de...

● Cooperativa Agrícola do Távora

De Moimenta para o mundo

Localizada na região demarcada do Távora-Varosa, a Cooperativa Agrícola do Távora é responsável pela comercialização anual de seis milhões de litros de vinho e ainda de sete mil toneladas de maçã. Reconhecida como Organização de Produtores, é a segunda maior empregadora da região, dando trabalho a 60 pessoas.

Maçãs e vinho são os ex-libris da Cooperativa Agrícola do Távora. Contando com mais de meio século, esta cooperativa representa hoje 1.500 produtores dos concelhos de Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono, Tarouca e Armamar, e ainda de algumas freguesias de São João da Pesqueira, Tabuaço, Vila Nova de Paiva e Castro Daire.

“É uma área geográfica muito grande”, defende Vítor Pereira, salientando as condições únicas de clima e solo da região – inserida entre o Douro e o Dão – para a produção de maçã (Golden, Starking, Red Delicious e Bravo de Esmolfe, entre as variedades mais representativas) e vinho (brancos, tintos e espumantes).

São mais de mil hectares de vinhas, onde predominam as castas tintas Touriga Nacional, Touriga Franca e Aragonez, e brancas Malvasia Fina, Cerceal e Verdelho, que dão mais garantias para a produção dos já afamados vinhos tintos, brancos e espumantes da Cooperativa Agrícola do Távora, segundo o seu gestor, e 300 hectares de pomares de macieiras. À frente da Cooperativa Agrícola do Távora há 20 anos, por opção, como faz questão de sublinhar, Vítor Pereira evidencia a importância da cooperativa na comercialização da produção da região, nomeadamente, da agricultura familiar (geralmente de baixa produtividade mas de elevada importância socioeconómica, ambiental e cultural), assim como o seu papel social, sendo a segunda maior empregadora (logo a seguir à Câmara Municipal), dando trabalho a uma média de 60 pessoas ao longo do ano. A forte representatividade e implantação da Cooperativa Agrícola do Távora, que foi das primeiras Organizações de Produtores de fruta a ser reconhecida no país, nos anos 1990, fazem dela uma referência “empresarial” a nível regional, nacional e internacional com inúmeros prémios alcançados em prestigiados concursos de vinhos.



Dada a importância das Organizações de Produtores (OP) para assegurar o escoamento da produção, principalmente das pequenas explorações familiares (na maioria), e concentrar a oferta, a Cooperativa do Távora é também, desde há quatro anos, uma OP de vinho, de forma a poder oferecer aos seus viticultores, tal como aos produtores de maçã associados, vantagens ao nível dos fatores de produção e de comercialização, com óbvios ganhos de escala, em termos de preços mais vantajosos.

A estratégia ganhou ainda maior relevância com a incorporação, em 2012, da Adega de São Romão, fixada também em Moimenta da Beira, e que estava então em situação de desativação, funcionando hoje como um entreposto da Cooperativa do Távora, segundo o seu gestor.

O vinho tem sido a grande aposta da Cooperativa do Távora para o mercado de exportação, que representa já cerca de 20 por cento da produção. De acordo com o seu gestor, este setor está a ganhar crescente notoriedade além-fronteiras, em particular os espumantes, muito apreciados em Angola, no Brasil e Macau.

Os projetos de internacionalização existem mas, como explica Vítor Pereira, a Cooperativa do Távora “ainda se encontra numa fase precoce nos mercados externos”, pois apesar da participação mais assídua em feiras do setor, entre os quais destaca a Expovinis Brasil, em São Paulo, e a Feira de Luanda (Angola), onde “já temos algumas portas abertas”, os resultados “não chegam de um dia para o outro”. “Vêm com o tempo e têm vindo a crescer e isso é que é importante”, diz.

Quanto à produção de maçã, a exportação não é prioritária porque a Cooperativa do Távora consegue escoar, sem dificuldades, as sete mil toneladas de maçã produzidas pelos seus associados, como refere Vítor Pereira, sublinhando que Portugal é deficitário na produção de maçã, importando cerca de 40 por cento desta fruta.

Tornar a maçã que sai da Cooperativa do Távora com a denominação “Moimenta” reconhecida pelo consumidor português é o objetivo, segundo Vítor Pereira, que lamenta a falta de planeamento e de instrumentos estáveis que garantam estabilidade, aos produtores e às OP. Na sua opinião, falta uma “verdadeira” política agrícola para o país, “para que possamos trabalhar todos, em conjunto, no mesmo sentido e para os mesmos objetivos”.





Iniciativas

Iniciativa de...

● Maria Madalena

Sem sonhos bucólicos acredita na agricultura

Madalena é o apelido de Maria, a mulher que faz tudo na Quinta das Obras, em Castelo Novo, aldeia histórica do concelho do Fundão. Trata da vinha, ordenha as ovelhas, colhe as azeitonas e as cerejas, cuida dos filhos e ainda pega no carro para ir vender diretamente alguns dos produtos que produz.

Viveu em Évora e em Cascais, mas tinha um sonho de criança, morar na quinta da família em Castelo Novo, no Fundão. Hoje, vive na sua própria quinta que juntou à da família e onde tem um ovil com 300 ovelhas, uma vinha com 12 hectares, sete hectares de oliveiras, sobreiros, pessegueiros e algumas cerejeiras.

A formação em agronomia na Universidade de Évora já fora um primeiro passo na escolha do futuro. Depois da enologia de laboratório na Universidade partiu para o campo. Trabalhou na zona do Fundão na criação de caprinos. Foi aí que, há quase 16 anos, a filha mais velha aprendeu a andar. Entretanto, da quinta da família em Castelo Novo vinha o tal apelo de criança. “Decidi ir trabalhar com o meu pai, mas a quinta precisava de uma grande volta. Naquela altura, percebi que os projetos de financiamento a jovens agricultores eram os que tinham maior índice de concretização e candidatei-me. Comprei uma quinta mais pequena, arrendei a da família e comecei com um projeto autónomo de jovem agricultora em 2001”.

Era o projeto de vida, mas nada foi fácil, como conta Maria: “Atrasos vários na concretização do projeto agrícola, burocracias inexplicáveis foram mais que



muitas e tornaram a gestão financeira muito complicada. Quando finalmente chegámos ao final do projeto, sem percebermos porquê, uma vez que a execução no terreno estava bem feita, fizeram uma auditoria e embirraram com tudo o que era burocracia. Primeiro, aprovaram e depois disseram que estava tudo mal. Não deu para perceber. Foi um bocado complicado ao princípio”. E ainda se somou às dificuldades burocráticas o cancro bacteriano nos quatro hectares de pessegueiros.

Depois de um investimento inicial de 290 mil euros, Maria garante dois postos de trabalho a tempo inteiro, um casal que trabalha com ela desde o início do projeto. No entanto, muito sai das suas mãos: “Sei fazer de tudo e faço de tudo o que há para fazer na quinta”, orgulha-se a empresária agrícola, que é mãe de três filhos. O marido dá uma boa ajuda, mas trabalha fora.

O trabalho é muito e pesa, mas o maior cansaço que Maria admite sentir muitas vezes resulta da tal “máquina de funcionários que é alimentada por uma burocracia incompreensível”.

“Acredito profundamente na agricultura, mas quando me dizem que ‘é tão gira a minha vida a morar no campo’, só penso que não fazem a ideia do trabalho que temos e das muitas frustrações por que passamos. Tenho uma casa fantástica e uma quinta onde faço coisas maravilhosas, mas esta vida nada tem de bucólico. Essa é uma ideia de quem vive na cidade.”

Da quinta, Maria tira as uvas, que vende para a adega, o leite das ovelhas, que tem um bom retorno financeiro, alguma fruta, incluindo cerejas, que, muitas vezes, vai vender diretamente a Lisboa, e cortiça.

“Neste momento, a nossa produção de fruta não é muito grande, devido à doença dos pessegueiros, e chegamos aos consumidores através de uma rede de amigos e conhecidos, mas sei que a comercialização é muito difícil fora os grandes circuitos. Faz-me impressão que se produza tão bem aqui na região e o que se coma tão mal em Lisboa. Enquanto forem as grandes superfícies a fazerem os preços é muito complicado chegar bem ao consumidor”. Sem sonhos bucólicos, mas ainda com a certeza de quem gosta de ver os filhos a crescer no campo, “livres e alegres”, Maria sabe que a quinta tem “muitas potencialidades” para o turismo, mas para as aproveitar é preciso mais do que sonhos.

“Pelo menos, uma casa e o lindo moinho de água em pedra que existem na quinta, hei de conseguir recuperar para o turismo rural”.



Iniciativas

Iniciativa de...

● Cooperativa Agrícola de Miro

Escoar produção é também um apoio social

Em Penacova, um concelho de pequenos agricultores, onde o emprego é escasso e o apoio social é necessário, a cooperativa de Miro é a resposta para muitos dos problemas locais.

Integrada no Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo do Miro, que tem estatuto de IPSS (Instituição Privada de Solidariedade Social), a Cooperativa Agrícola de Serviços e Artes nasceu, em maio de 2012, para assegurar o escoamento dos excedentes dos pequenos produtores do concelho, onde a agricultura familiar é basicamente de subsistência. Como explica o dirigente Manuel Nogueira, “por um lado, a instituição precisava de produtos agrícolas e, por outro, os agricultores não tinham forma de os vender”.

“Com o apoio do Instituto António Sérgio, criámos a cooperativa e, neste momento, já temos 20 associados, que conseguem escoar os seus produtos hortícolas e frutícolas, que são praticamente na totalidade, consumidos na instituição, onde servimos 200 refeições diárias. Se a produção fosse maior, conseguiríamos vender a outras instituições ou mesmo a restaurantes”, acentua Manuel Nogueira, referindo que a IPSS dispõe de um lar, um centro de dia, uma creche e presta ainda apoio domiciliário.

O dirigente acrescenta que “se, antes da existência da cooperativa, um agricultor cultivava uma saca de batatas, que chegava para um ano de consumo da família, agora, pode cultivar duas sacas e vender uma. Com o dinheiro da venda assegura, pelo menos, a compra de sementes para a colheita seguinte”. Com um volume de negócios pequeno, de menos de 3 mil euros/ano, até porque só cobra 1% sobre o preço de compra aos seus produtores (preço calculado tendo por referência o que é praticado no mercado abastecedor), a cooperativa é gerida em regime de voluntariado pelos dirigentes da instituição e aceita apenas cooperantes do concelho. O objetivo é ir mais longe, mas sem sair de Penacova.

“Já temos uma lojinha nas instalações da instituição, onde vendemos artesanato e estamos a promover formação, através do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), para vendermos produtos transformados. Compotas, pickles, ervas aromáticas, produtos biológicos, licores, queijo conservado em azeite aromatizado são alguns dos produtos com os quais queremos chegar ao mercado nacional e até europeu”.

A ambição da cooperativa, como sublinha Manuel Nogueira, é também uma resposta às dificuldades sentidas no concelho, onde a agricultura é familiar e de subsistência e o emprego escasseia.

“Nós procuramos motivar os agricultores a aumentar a produção e a diversificar na oferta e, ao mesmo tempo, atrair outras pessoas que procurem novas saídas profissionais”.



Iniciativas

Iniciativa de... ● Luís Ramos

Alfaces, cogumelos e milho em modo de produção familiar

Depois de oito anos como subchefe de cozinha num hotel em Lisboa, Luís Ramos decidiu dedicar-se à agricultura. Ainda em fase de experimentação de culturas, a Quinta de Mafra já dá trabalho a oito pessoas da família e as perspetivas de crescimento são boas.

Tirar alguma rentabilidade das terras da família, em Valada, concelho do Cartaxo, foi uma das principais razões que levaram Luís Ramos a interessar-se (mais) pela agricultura. Há pouco mais de três anos, o aspirante a chefe de cozinha decidiu largar os tachos e panelas, em Lisboa, e dedicar-se à atividade, envolvendo o pai, que estava sem trabalho, tal como a mãe e o irmão. Nos primeiros anos, desafiando os ponteiros do relógio, ainda procurou conciliar as duas atividades, mas desde o início deste ano, 2014, a agricultura é a vida deste jovem, de 29 anos, “muito satisfeito” com a opção tomada. “Gosto muito do que faço” diz, defendendo que é preciso também ter muita força de vontade para se estar nesta atividade, todos os dias, de manhã à noite, sem fins-de-semana, folgas ou feriados.

Tendo inicialmente apostado na cultura do tomate, a família Ramos decidiu, há dois anos, criar várias áreas de produção, procurando assim também ir ao encontro das necessidades do mercado. Atualmente contam com 3.500 m² de área coberta de cogumelos, duas estufas de 1.800 m² cada de alfaces em hidroponia e quatro hectares de milho verde para ração animal. A produção é, por enquanto, vendida a granel a um intermediário da região que fornece as grandes cadeias de supermercados do país, explica, admitindo que um dia gostaria de ter uma marca própria. “O principal é

que os mercados estejam abertos para as produções”, alerta, sublinhando as dificuldades que os jovens agricultores enfrentam, principalmente na fase de arranque.

“Este projeto teve de ser muito bem ponderado”, afirma, adiantando que apesar da disponibilidade de terras, que foi um bom ponto de partida, “sem dúvida”, os valores eram muito elevados. Com formação ao nível do 12.º ano e dois cursos profissionais, um de cozinha, outro na área agrícola, Luís decidiu recorrer à medida de apoio à instalação de jovens agricultores do PRODER, tendo centrado o seu projeto na produção de alfaces em hidroponia, valorizando a componente inovação.

O apoio concedido serviu de alavanca e foi um bom arranque, nas palavras de Luís, que só lamenta o tempo perdido, quase um ano, à espera de papéis. “O maior obstáculo neste país é mesmo a burocracia”, afirma, acrescentando ainda as dificuldades no acesso ao crédito.

Mantendo os níveis de motivação sempre em alta, Luís orgulha-se de ter conseguido criar um negócio que dá trabalho a vários membros da família, como o pai, outrora suinicultor, a mãe, a mulher, a cunhada e o irmão, Nelson, ex-militar, abrangido também pelo apoio do PRODER para se instalar como produtor de cogumelos, e permite colocar no mercado produtos de grande qualidade.

“Sabe, isto é uma família de cabeças duras”, diz, soltando uma gargalhada fácil. “Se é para ir tem de ir... E estamos a conseguir...”, adianta, orgulhoso, dos resultados atingidos e das novas metas já no horizonte, quer ao nível da expansão das atuais áreas, quer da introdução de novas culturas.

“A rentabilidade não é nenhuma fortuna, mas dá para viver”, garante, sublinhando que em Portugal não se pode dizer que a agricultura não dá. “O nosso país é perfeito para a atividade agrícola, como é para o turismo. É óbvio que necessitamos de alguns apoios e seria bom que não houvesse tanta burocracia... É um absurdo o país importar certos produtos, a preços exorbitantes, quando temos condições excelentes para produzir e com grande qualidade...”

Iniciativas

Iniciativa de...

● Loures



Entre o campo e a cidade, há uma pequena agricultura a mexer

Às portas de Lisboa, reconfigurado entre o campo e a cidade, Loures é um concelho com uma marca indelével de ruralidade. Apesar do forte processo de urbanização, persiste uma pequena agricultura, que estimula a comercialização de proximidade, cria emprego e oferece produtos hortofrutícolas de qualidade, muito apreciados e valorizados pelos consumidores.

Com uma área de 168 km², distribuídos por 10 freguesias, onde residem 208 mil habitantes, o concelho de Loures é um território de contrastes. Integrado na região saloia, onde se incluem também os concelhos vizinhos de Mafra e Sintra, aliando paisagens urbanas e industriais, recortadas por uma extensa rede viária, com cenários de grande ruralidade, Loures continua a tirar partido dos seus férteis campos, mantendo uma pequena agricultura familiar, com uma importante função ambiental, económica e social.

Procurando-se, nos últimos anos, promover uma maior integração entre o rural e o urbano em territórios periurbanos - como é o caso de Loures - de forma a conciliar o crescimento urbano com a preservação das características rurais, as autarquias, em parceria com outras organizações e envolvendo os agentes locais, têm vindo a assumir um importante papel na promoção de iniciativas, que vêm recenter a agricultura nas estratégias de desenvolvimento local.

“Temos um importantíssimo território rural”, afirma António Pombinho, vereador da Câmara Municipal de Loures, explicando que a área agrícola ocupa cerca de 51 por cento do concelho, sobretudo na parte norte (Bucelas, Lousa, Fanhões e Santão Antão do Tojal), e que 18,35 por cento

dos solos estão classificados como Reserva Agrícola Nacional (RAN) no Plano Diretor Municipal (PDM). “E a Câmara de Loures preza muito este território rural com um importante setor agrícola”, acrescenta.

Segundo a autarquia, com base nos dados do INE de 2011, existem no concelho de Loures 285 empresas agrícolas (235 produtores individuais e 50 sociedades agrícolas). A maior parte dos agricultores dedica-se à produção de hortícolas em hortas com uma dimensão entre dois a três hectares, podendo encontrar-se pontualmente explorações agrícolas com áreas entre 10 e 200 hectares. “O que pretendemos é que o rendimento dos agentes que trabalham na agricultura, cerca de 0,5 por cento da população ativa no setor primário (Censos 2011), seja suficiente para resistir à grande pressão do urbano”, refere, destacando duas importantes áreas agrícolas. Por um lado, a hortícola, onde é mais evidente uma agricultura familiar, assente em numerosas explorações (hortas) de pequena dimensão (dois a três hectares) que produzem em muito boas condições. Por outro, a vitivinícola, que talvez não se possa associar tanto a uma agricultura familiar, concentrada na Região Demarcada de Bucelas, de onde sai “um excelente vinho branco”, estando a ser desenvolvido um importante trabalho, em parceria com os produtores, em torno de toda a fileira do vinho. Entre os resultados, o vereador destaca a recém-inaugurada loja no Museu do Vinho e da Vinha, e a Rota dos Vinhos de Bucelas, Carcavelos e Colares, “à qual damos a maior importância”.

É no setor hortícola, porém, que a autarquia tem vindo a concentrar maiores esforços, no sentido de garantir as melhores condições possíveis de escoamento da produção, “que é um problema que não é novo na agricultura e em Portugal, mas para o qual pretendemos ter algum tipo de soluções”, diz António Pombinho.

Encurtar os circuitos de distribuição, consciencializar os produtores, empresas e consumidores para a importância do consumo dos produtos locais, tem sido a estratégia da Câmara de Loures que promove, desde 2011, o Mercado Agrobio de Loures (aos sábados), em parceria com a Associação



Portuguesa de Agricultura Biológica (Agrobio), para incentivar a agricultura biológica no concelho. “Ainda há duas semanas tivemos uma reunião com o presidente da Agrobio e estamos muito empenhados em fazer um esforço para ter um número maior de produtores para conseguirmos dar resposta aos consumidores deste tipo de produção, cada vez em maior número”, revela, adiantando que estão identificados cinco produtores de produtos hortícolas e frutícolas em modo de produção biológico no concelho de Loures. “A nossa primeira grande responsabilidade é criar condições para os nossos produtores”, adianta, revelando ainda que a Câmara se encontra a programar a primeira grande feira anual de produtos biológicos em Loures. “Só é possível encontrar soluções para os problemas pensando e agindo de forma diferente”, defende. Carlos Piedade é um dos produtores do Agrobio de Loures (ver caixa).

Pretendendo reforçar esta aposta nos circuitos curtos de distribuição, a autarquia aderiu também, há cerca de um ano, ao projeto PROVE – Promover e Vender, que apresenta uma forma alternativa para o escoamento da produção agrícola e uma oportunidade para a agricultura familiar, através da constituição de núcleos de pequenos agricultores (em todo o país), que se organizam entre si, disponibilizando todas as semanas cabazes de produtos hortofrutícolas produzidos localmente, através de técnicas agrícolas amigas do ambiente.

A Câmara de Loures é responsável pela dinamização de dois núcleos PROVE – Núcleo Hortinhas de Lousa (três produtores, 150 consumidores, 50 cabazes semanais, entre 8 a 9 kg de peso e um custo de 10 euros) e Núcleo Loures 100% Bio (três produtores, 88 consumidores, 22 cabazes semanais, entre cinco a sete quilos de peso e um custo de 12 euros), contribuindo para a afirmação deste projeto, iniciado em 2004, com o grande objetivo de aproximar produtores e consumidores, salvaguardando a pequena agricultura familiar. Carmen Mouco é produtora do Núcleo Loures 100% Bio (ver caixa).

De acordo com António Pombinho, a Câmara de Loures pensa ter novos núcleos PROVE, “incentivando esta relação direta entre produtores e consumidores e garantindo o acesso a hortícolas frescos de boa qualidade” mas, neste momento, está a trabalhar “num projeto de maior fôlego que

visa agrupar um número muito superior de produtores e que possa permitir a distribuição da sua produção a restaurantes e cantinas locais”. Em fase de criação de parcerias com vários atores do território, entre os quais, a Cooperativa Agrícola de Loures, o vereador acredita que este projeto irá permitir organizar a produção local.

Este será um dos projetos a ser dinamizado pela A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, que está a ser constituída por uma parceria de 22 organizações do território, entre as quais as Câmaras de Loures, Mafra e Sintra, e que irá candidatar-se aos fundos do FEADER no próximo período de programação de fundos comunitários 2014-2020, através do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), segundo o vereador da Câmara.

Depositando grandes esperanças nesta nova parceria territorial e na estratégia que vier a ser definida para o território, em torno do seu desenvolvimento rural, principalmente no que respeita à diversificação da atividade na exploração agrícola, mas também às formas de distribuição da produção, designadamente, os circuitos curtos, ou seja, a agricultura familiar, António Pombinho ressalva também a importância da presença no concelho de Loures da principal plataforma logística agroalimentar em Portugal: o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), do qual a Câmara de Loures é acionista.

A existência do Pavilhão dos Produtores (353, mais precisamente) neste gigante centro de abastecimento de produtos agroalimentares, que tem no sector hortofrutícola o seu mercado mais representativo, foi uma vitória, de acordo com o vereador de Loures, que confessa ter sentido um enorme orgulho quando, recentemente, em visita ao MARL, ouviu o presidente do conselho de administração dizer que aquele era o melhor pavilhão do mercado.

Outra das apostas do executivo passa por uma profunda revitalização dos mercados dos principais centros urbanos, nomeadamente, das cidades de Loures e Sacavém, mas também nas localidades de Moscavide e Camarate, o que implicará uma “revolução” nestes mercados. Mas mais do que investir na reabilitação física dos mercados, “é necessário adequar a oferta à procura, senão o mercado morre”, diz António Pombinho, informando que estes quatro projetos vão avançar em simultâneo, convicto que será dado mais um passo em termos de apoio à agricultura familiar. Para o vereador da Câmara de Loures não há dúvidas de que ao valorizar e promover este tipo de agricultura, que vem ganhando uma crescente importância na economia das famílias, dos territórios e até do próprio país, pela sua capacidade de reforço da capacidade empresarial dos pequenos produtores e de estímulo de processos de sustentabilidade local, haverá importantes ganhos, não só ao nível do desenvolvimento socioeconómico do concelho de Loures, mas também do reforço da imagem desta região, saloia, que continua a destacar-se na produção de produtos agrícolas de excelência, que têm na grande cidade-capital, mesmo à porta, um invejável mercado de meio milhão de consumidores.



Mercado Agrobio de Loures

Carlos Piedade, 40 anos

Alfaces, acelgas, alho francês, couves, espinafres, são alguns dos hortícolas biológicos que habitualmente compõem a banca de Carlos Piedade, no Mercado Agrobio de Loures, aos sábados, onde pode também figurar alguma fruta (limões, maçãs e figos) e ervas aromáticas. A produção é essencialmente hortícolas, explica o produtor que tem um terreno com 1,5 hectares na antiga freguesia da Apelação, Loures.

A posse de terras, da família, foi um fator decisivo quando há quatro anos, desempregado da indústria automóvel, decidiu dedicar-se à agricultura. Tinha algum gosto pela atividade, que os pais mantinham para autoconsumo e, por isso, não pensou duas vezes em criar o próprio emprego.

Também não teve dúvidas de que a aposta seria pelo modo de produção biológico, pois é defensor de uma agricultura sem químicos.

No Mercado Agrobio de Loures desde 2011, Carlos Piedade faz também o Mercado Agrobio do Campo Pequeno, em Lisboa, aos sábados, e o Mercado Agrobio de Almada, junto ao terminal fluvial de Cacilhas, às quartas-feiras. Satisfeito pela aposta, que permitiu criar um segundo posto de trabalho passados logo dois anos, Carlos Piedade pretende a curto médio prazo alargar a área de produção e investir numa nova estufa para produzir nos meses de mais frio e experimentar novas culturas.

Na sua opinião, o consumidor urbano, de Lisboa, é o melhor cliente deste tipo de produtos, que exige mais trabalho e dedicação. "Se é importante gostar? Sem dúvida".



PROVE Loures 100% Bio

Carmen Mouco, 38 anos

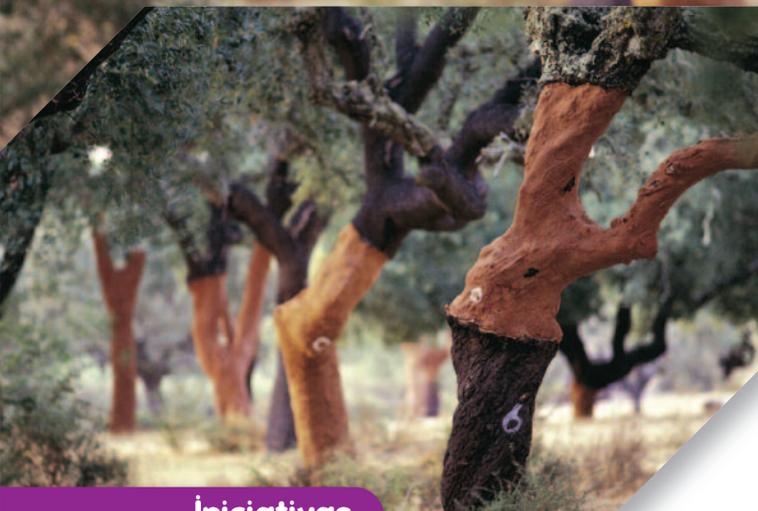
O número é variável mas Carmen Mouco chega a entregar 25 cabazes 100% bio todas as semanas. Entre quatro e cinco quilos, uns, a rondar os oito quilos, outros, podem incluir couve-coração, batata-doce, alho francês, acelga, rábano, cebola fresca, alface e cenoura, frutas (pera e maçã) e ervas aromáticas.

Os cabazes PROVE são a principal forma de escoamento da sua produção que dá ainda para fazer alguns cabazes fora do projeto, e o que não serve para comercialização é encaminhado para uma associação que distribui a famílias carenciadas.

Instalada desde setembro de 2013, Carmen Mouco explora um terreno de um hectare alugado e, desde há uns meses, cerca de dois mil metros quadrados integrados no projeto Hortas Empresariais de Loures. Até ao final do ano, conta instalar uma estufa para a produção de germinados e, posteriormente, investir numa estufa maior para garantir hortícolas e aromáticas durante todo o ano. Se tudo correr bem, será possível criar mais um posto de trabalho. Atualmente a viver só da agricultura, "uns meses melhor, outros pior", a produtora conta que quando o desemprego lhe bateu à porta, há uns anos, obrigando-a a repensar toda a sua vida, pensou "Porque não? Estava perto da capital, os custos de produção eram poucos e arrisquei". Além disso, a agricultura não era nada que não conhecesse, pois passava sempre as férias com as avós no campo.

Considera o PROVE uma boa iniciativa para escoar a produção da agricultura familiar, mas sublinha que "quando gostamos daquilo que fazemos o céu é o limite".

"Dificuldades? Tantas, principalmente quando se trata de agricultura biológica com certificação, como é o meu caso; sonho com o dia em que o nosso país tenha mais exportação agrícola do que importação e principalmente que seja em modo biológico", desabafa Carmen Mouco, uma produtora 'Bio lógica' (assim se apresenta), "não por ser uma moda mas por ser uma maneira de estar na vida e uma forma saudável de alimentação".



Iniciativas

Iniciativa de... ● Herdade da Serrinha

Saiu o avô entrou a neta

Do avô seareiro à neta, que estudou relações públicas e marketing, fez-se a Herdade da Serrinha, em Santiago do Escoural, na zona de Évora, que tem como eixo Rogério Mira, o pai, que deixou o petróleo da refinaria de Sines para se dedicar à terra.

Sempre a inovar é um conceito que pode definir o historial da Herdade da Serrinha, que passou pela instabilidade da revolução e pela incerteza dos anos seguintes, até chegar ao que é hoje, uma exploração pecuária e de agroturismo, que emprega três trabalhadores a tempo inteiro.

Os Mira, pai e filho arrendaram a herdade em 1979, ao antigo proprietário, a quem foi devolvida na sequência do fim da reforma agrária. Antigo seareiro, o pai sabia como mexer na terra e ficou à frente da exploração, enquanto o filho rumou a Sines, onde encontrou, na refinaria, um emprego estável em tempos de incerteza.

“Logo que senti que era possível trabalhar com o meu pai a tempo inteiro, arrisquei. Fiz um curso de jovem agricultor e avancei com um projeto de aquisição do prédio rústico da herdade”, conta Rogério Mira, ao lembrar-se da volta que deu à sua vida em 1988.

No início, nada correu bem. Só com muita persistência é que os primeiros anos de Rogério Mira na atividade agrícola foram ultrapassados. O projeto inicial não se concretizou porque ficou emaranhado numa teia judicial em que os Mira se envolveram para fazerem valer o arrendamento das terras. “O caso acabou no Supremo Tribunal, em Lisboa, que decidiu a nosso favor. Só a partir daí, quando terminaram as incertezas e estava tudo preto no branco, é que tivemos ânimo para começar praticamente do zero”.

Pai e filho meteram mãos à obra e reconverteram o sequeiro em regadio, com a construção de pequenas barragens e furos artesanais.

“Ainda fizemos milho, mas fomos alterando as culturas até que agora só produzimos para a criação de gado”. Alimento biológico para 350 ovelhas e 70 vacas, que são vendidas no desmame. No montado, de sobro e azinho, pastam cerca de meia centena e porcos pretos. Ao todo são 183 hectares, onde ainda se extraem, de nove em nove anos, quatro mil arrobas de cortiça, além dos produtos da horta, que tornam o consumo da casa autossuficiente.

Com o antigo 7º ano dos liceus e sem formação específica em agricultura, Rogério Mira aprendeu com o saber feito do pai, em primeiro lugar, mas nunca se fechou à troca de experiências. A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores é local para pedir conselhos técnicos, mas também para ouvir falar do que outros fazem ou de desafios novos.

Em 2000, concretizada a primeira inovação, com a mudança do tipo de produção agrícola, Rogério Mira agarrou outra oportunidade que surgiu com o novo Quadro Comunitário de Apoio e saltou para o agroturismo, beneficiando de uma linha de crédito específica.

“Foi assim que avancei para reconversão do monte de traça alentejana tradicional que existe na herdade, transformando-o no centro da exploração”. Uma década depois, um novo salto acontece na Herdade da Serrinha. A neta do velho Mira, a quem já pesam os anos para trabalhar no campo, licenciou-se em Relações Públicas e *Marketing*, trabalhou em hotéis no Algarve e em Évora até que o pai a desafiou a ocupar da vertente turística da exploração. São agora uma sociedade familiar.

“Chegamos assim à terceira geração, que resultou num maior impulso da parte turística. No verão passado conseguimos uma ocupação de 90% com hóspedes vindos de todas as partes do mundo, que podem consumir produtos da herdade e que trazem novos conhecimentos e com quem trocamos ideias e opiniões. É muito interessante este tipo de turismo, porque se aprende com quem vem de fora”.

Nestas palavras de Rogério Mira soa a satisfação de ver que o projeto que iniciou com o pai está agora encaminhado pela filha.

“Tudo isto só se consegue com muita dedicação e trabalho. Foi difícil começar do zero, sem terra herdada, e chegar onde chegámos. Há muitos por aí, muitos que herdaram terras e que, ao fim de pouco tempo, abandonaram tudo. Agora, a tarefa é consolidar e usufruir o que temos, sempre com dedicação ao que é nosso”.

Iniciativa de... ● José Seromenho

Mudar de vida aos 50 anos

O Algarve é sinónimo de turismo e o algarvio José Seromenho não escapou ao seu "destino". Trabalhou na indústria hoteleira por mais de três décadas, até que aos 50 anos resolveu regressar à terra, onde cultiva vinha e alfarroba. Mas o turismo ainda não saiu dos seus planos de vida.

Na freguesia da Luz, no concelho de Lagos, José Seromenho e os filhos cultivam vinha e alfarroba em cerca de 50 hectares que eram do pai. Em 2001, essas terras, que estavam quase improdutivas, mudaram a vida da família. José reformou-se da hotelaria e juntamente com o filho Carlos, que se tinha formado em gestão agrícola, candidatou-se aos apoios financeiros para a revitalização da quinta que herdara. E assim nasceu o projeto agrícola da Herdade dos Seromenhos, com um investimento inicial de 75 mil euros "Temos agora, além da vinha, 4500 alfarrobeiras e a minha filha também já trabalha connosco na área da comercialização e do *marketing*, sem esquecer a ajuda da minha mulher. Além da família, só temos mais um empregado a tempo inteiro."

Como ter nascido no campo, numa família de agricultores, não é suficiente para os tempos que correm, José Seromenho, quando avançou com o projeto, teve consciência da necessidade de investir na sua formação pessoal, em particular na área da vitivinicultura e esteve, por exemplo, na zona de Bordéus e na região espanhola do Rioja.

Embora sem a notoriedade nem a quantidade de produção do vinho alentejano, no Algarve já se produz bom vinho, tinto, branco e rosé, com castas novas, que fica quase na sua totalidade para consumo interno na região. A garantia é de José Seromenho, confiante num futuro mais risonho para a sua exploração.

"O vinho que se produz no Algarve já pode ombrear com os melhores vinhos nacionais. Neste momento, depois de ter acabado a Adega Cooperativa de Lagos, o que me provocou um prejuízo de 200 mil euros,

a grande dificuldade é existir apenas uma adega cooperativa em toda a região (ÚNICA-Adega Cooperativa do Algarve, a funcionar em Lagoa) e não haver pequenos produtores que garantam uma produção diversificada e de qualidade", afirma o agricultor, ao falar dos planos da família para a construção de uma adega própria.

Com esse novo investimento, a produção própria de vinho será possível, limitando, assim, a dependência da adega cooperativa e apostando no apuramento da qualidade do vinho.

"Ainda estamos com uma produção muito limitada de 10 mil garrafas, mas o objetivo é crescer, contrariando a tendência atual na região, que é de diminuição. Neste momento, há muitos agricultores a abandonar o cultivo da vinha. Basta dizer que, em 2013, a Adega Cooperativa produziu 500 mil litros, e este ano não passou dos 200 mil".

Quanto à alfarroba, um produto algarvio por excelência, a Herdade dos Seromenhos produz cerca de 30 mil quilos por ano, que são comprados na totalidade pelas empresas de moagem.

"Neste caso, estamos nas mãos de duas ou três empresas que determinam os preços. E essa é uma dificuldade, porque não são os produtores que colocam o produto no mercado. Por exemplo, essas empresas, além de produzirem a farinha para as rações, exportam a grainha para o Japão, onde é utilizada nas indústrias farmacêutica, alimentar e de cosmética. E os produtores não ganham mais por isso. Este é o grande problema da alfarroba". Para o futuro da sua exploração agrícola, a família Seromenho aposta, em particular, na produção de vinho regional de qualidade, mas não esquece o turismo, que é a "galinha dos ovos de ouro" da região.

"A Herdade tem quatro montes antigos, já recuperámos dois para habitação própria, minha e do meu filho, e gostaríamos muito de recuperar os outros dois para turismo rural. Seria uma forma de não deitar fora a minha experiência na hotelaria. Mas os tempos estão difíceis, o crédito está complicado e queremos apostar pelo seguro sem cometer loucuras. Lá chegaremos, sem pressa".



Iniciativa de...

● Helena da Glória Arsénio

Unidos para escaparem aos intermediários

Helena da Glória Arsénio é a sócia nº1 da Associação de Produtores de Batata-Doce de Aljezur, é também única mulher entre os doze fundadores, que, em 1996, decidiram organizar-se “para não estarmos na mãos dos intermediários”. Mas 18 anos depois, essa dependência ainda não acabou.

“A batata-doce é a nossa cortiça, mas há muitas dificuldades para produzir a batata certificada e ainda mais para a colocar no mercado. Por um lado, os intermediários não pagam o justo valor do nosso trabalho, e, por outro, apareceram novas variedades de batata, de menor qualidade e de crescimento mais rápido, que é possível vender muito mais barato”.

Quem assim fala, sabe o que diz. Helena Glória Arsénio é da freguesia do Rogil, concelho de Aljezur, nasceu agricultora há 67 anos, de pais agricultores, cultiva a tradicional variedade *Lyra* da batata-doce certificada, em terras arrendadas e na pequena propriedade que herdou do pai. Ao todo são quase 8 hectares, mas só produz batata numa pequena parcela (porque no amanho da terra só trabalha ela e um trabalhador, que a acompanha deste longa data).

Organizados em torno da Associação de Produtores de Batata-Doce, os agricultores de Aljezur conseguiram que a sua batata-doce tenha sido certificada, quer ao nível nacional quer europeu, com a Indicação Geográfica

Protegida (IGP) e deram já passos importantes na constituição de uma rede de escoamento. Através do Festival da Batata-Doce de Aljezur, que se realiza anualmente em novembro e onde se chega a vender 24,5 toneladas, tem sido possível aos agricultores valorizarem o produto e, simultaneamente, criarem formas de o colocarem em mercearias, em restaurantes e hotéis de qualidade.

Apesar desse reconhecimento crescente da batata-doce de Aljezur, a vida de quem a produz não é fácil.

“Somos poucos, somos velhos e não contamos com o trabalho dos jovens, porque não há estímulos para eles trabalharem na terra. Muitos têm de emigrar, como o meu filho, que está na Alemanha. Aqui, ele, que nasceu no campo e a primeira palavra que disse foi ‘trator’, ganhava 500 euros e lá recebe 2 mil”. Atualmente, há 18 produtores certificados inscritos na Associação, mas outros associados cultivam batata mas não a certificam. E esse é um dos problemas, porque a certificação custa 110 euros por ano, quer se produza uma tonelada ou 1 quilo e é feita por um organismo privado.

“A entidade certificadora deveria ser do Estado e ser promotora de um acompanhamento permanente aos agricultores”, acentua Helena Arsénio, lamentando que a produção da batata-doce esteja a ser subavaliada com a colocação no mercado das tais variedades de menor qualidade. A agricultora teme que possa vir a acontecer à batata o que já aconteceu com o amendoim, com o arroz e com o feijão catarino.

“Aqui na região, produzia-se amendoim de muito boa qualidade, mas com a inundaçãõ do mercado com amendoim vindo de fora, pior mas muito mais barato, a produçãõ praticamente acabou. O mesmo se passou com o arroz e com o feijão catarino”.

Com quase 67 anos, Helena, que já passou pelo Algarve e por outro modo de vida e regressou ao Rogil por causa “do bichinho que está dentro de nós e nos chama para a terra”, tem consciência das dificuldades. Mas também sabe que só unidos em torno da associação é que os agricultores podem sobreviver e, com eles, os produtos tradicionais de cada região.



Iniciativa de...

● Família Menezes de Couto

Salto qualitativo deu-se na quarta geração

A criação de gado leiteiro faz parte do código genético da família Menezes de Couto, da ilha Terceira, nos Açores, mas é agora, com a quarta geração, que se deu o salto qualitativo, com as novas tecnologias a ajudarem na melhoria da produção.

Para o João, o filho mais novo desta família terceirense, o dia de trabalho começa às 5 horas da manhã e só termina depois das 7 da tarde.

João tem apenas 22 anos e pertence já à quarta geração de bovinicultores da exploração instalada na freguesia de Altares, no extremo Norte do concelho de Angra do Heroísmo.

Com João, trabalham o pai, a mãe e apenas mais um empregado. Dos Estados Unidos, vem a ajuda preciosa do irmão mais velho, economista, que tratou de criar um programa informático e, à distância, ajuda na gestão do projeto, porque, como fez questão de sublinhar Deolinda, a mãe, de 48 anos, que se encarrega da papelada da casa, “há muita burocracia para tratar e não teríamos possibilidade de pagar a quem fizesse todo o trabalho de escritório”. Quando acabou o 12º ano, João fez uma opção de vida ao avançar com aos pais dar um salto qualitativo no negócio de produção de leite, que já vinha do avô e do bisavô paternos. Foi assim, há pouco mais de três anos, que a família se uniu 365 dias por ano na criação de vacas leiteiras, que atualmente já produzem três mil litros de leite por dia.

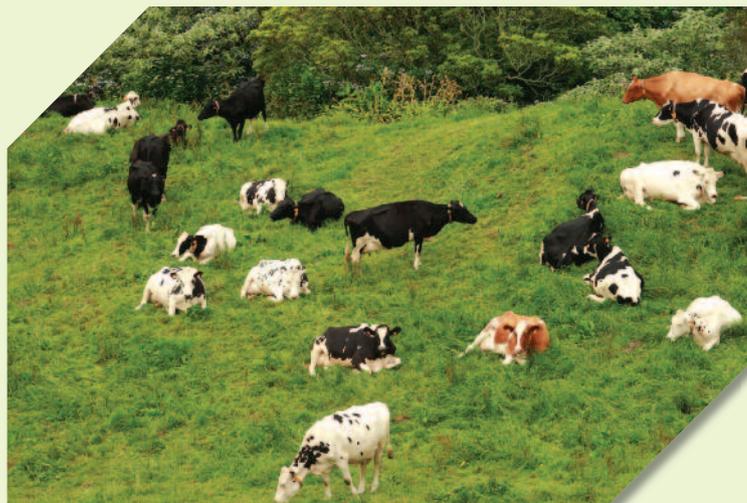
Toda a gestão da exploração está informatizada, desde a programação e controlo do ciclo reprodutivo ao acompanhamento veterinário das vacas. Partindo de um investimento de cerca de 500 mil euros e com as terras que já estavam na família, a inovação começou a dar frutos e criou condições para crescer, embora com cuidado, porque, como avisa a mãe Deolinda, “os gastos são muitos e a carga fiscal pesa demasiado”.

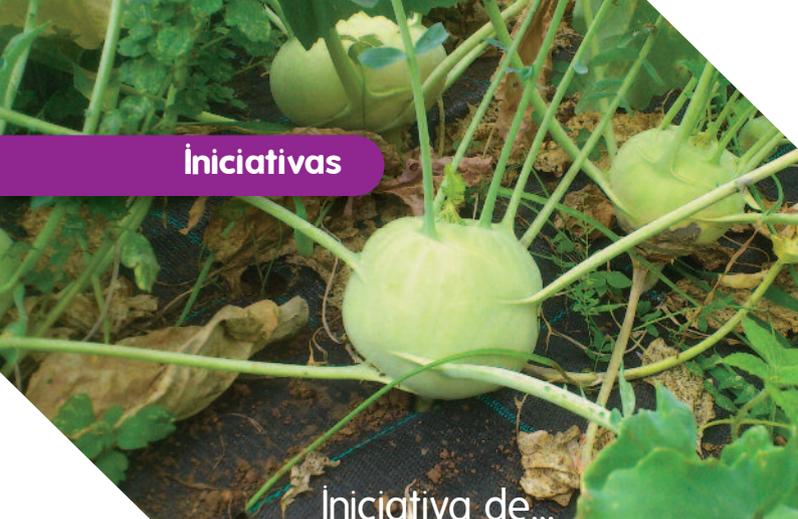
A quinta geração dos Menezes do Couto ainda não deu sinais de aparecer, mas o presente dá esperança para o futuro.

“A agricultura familiar já teve piores dias aqui na ilha. Há muitos jovens que vão estudar e depois regressam à terra para trabalharem com os pais, ou porque não arranjam trabalho noutra atividade ou mesmo por opção”.

Ao falar da realidade que a rodeia, Deolinda reforça que, no caso dos seus filhos, houve uma opção de vida, “em particular do João, que nasceu nisto e quer aprofundar cada vez mais o conhecimento nesta área, só lhe falta o tempo, porque o trabalho é muito”.

A procura de conhecimento e de inovação faz parte do rol das tarefas diárias desta família terceirense, empenhada em garantir a qualidade do pastoreio e o bem-estar dos animais, bem como conseguir melhorias genéticas que se traduzam no aumento da produção e da qualidade do leite.





Iniciativa de...

● Guida Gouveia

Arregaçou as mangas para produzir legumes sem brilho

Da Quinta do Mitra, no Norte da ilha da Madeira, saem toneladas de incontáveis variedades de produtos hortícolas biológicos, que chegam à cozinha dos chefes mais exigentes do Funchal.

Tudo começou em 2006. A engenheira agrónoma Guida Gouveia vivia no Algarve com o marido, que era técnico de próteses dentárias. Procurava trabalho, mas nada a seduzia. Ainda chegou a trabalhar na Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, mas não era aquilo que realmente queria para a sua vida.

Os pais estavam na Madeira, onde tinham comprado, em 1979, com as economias de anos de emigração na África do Sul, um hectare de terra muito bem localizado, na freguesia de Santana.

“Arregacei as mangas à procura de alguma coisa de que gostasse e que valesse a pena, do ponto de vista financeiro. No Continente, tinha visto muitas explorações de agricultura biológica, mais de estrangeiros, que exportavam para fora. Porque não fazer o mesmo sistema na Madeira, mas para consumo interno, na ilha?”. Dito e feito. O primeiro emprego acabaria por ser, afinal, o princípio de um projeto de agricultura familiar.

Ciente dos malefícios para a saúde do uso e abuso de químicos na agricultura, Guida convenceu os pais a largarem o modo de produção convencional, - até porque a mãe, que sempre trabalhara no campo, contraíra uma doença oncológica - e avançou com o projeto dos produtos hortícolas biológicos. “A minha mãe deu-me muita força para avançar. Cada vez tenho mais a certeza de que os produtos químicos usados na agricultura são dos principais responsáveis pelo cancro”.

Hoje, a empresa é biológica é familiar. O pai já não trabalha na terra, mas a mãe ainda dá uma ajuda nas horas de ponta. E há ainda o irmão, que é engenheiro informático, e vai agora juntar-se à sociedade, pegando na área da comercialização. “Vamos instalar um espaço próprio de venda. Ele já tem

dado uma ajuda na área gráfica do projeto”. Às terras dos pais, juntou mais 2 mil metros que comprou na vizinhança e, neste momento, tem 1,2 hectares. Mas não é suficiente. Não fora o preço dos terrenos na Madeira serem caros, “chegam aos 100 euros o metro quadrado no Norte e sobem mais no Sul da ilha”, e a exploração da familiar iria crescer mais depressa. A produção, que ronda as 15 mil toneladas/ano, está mais que escoada, mesmo sem sair da ilha.

“Somos fornecedores de hotéis e de pequenos restaurantes, fazemos entregas ao domicílio às quartas e às sextas, vamos à feira de produtos biológicos e ainda comercializamos produtos de outros produtores biológicos”. Tudo isto, enumerado por Guida Gouveia, é apenas para o mercado interno madeirense, porque vender para fora é difícil. O transporte é muito caro e há uma quase monopólio de uma grande empresa, no caso da banana.

“Temos pedidos para vendermos para o Continente abacates, anonas, pitangas e bananas, mas é muito complicado lá chegar porque os portes são muito caros”, Na produção, a exigência é de alta qualidade.

“Tentamos produzir hortícolas diversas, o mais variado possível, como o seguinte princípio: primeiro eu consumo e depois vou dar a consumir. Ou seja, produzimos como consumidores, produtos de qualidade acima de tudo, nos quais as pessoas reconheçam a diferença entre o biológico e o convencional. Não se pode dizer que é biológico e que as pessoas não consigam notar a diferença. Têm de olhar, cheirar, tocar e sentir que é um produto diferente”. E como se nota essa diferença? “Os produtos biológicos não são brilhantes, são baços, sem brilho porque são os químicos que os tornam mais brilhantes, e depois há o cheiro, o toque e o sabor”.

Guida sabe que a competição dos produtos biológicos com os convencionais só pode ser feita pela qualidade e não pelo preço.

“Os biológicos são, de facto, mais caros, por causa da mão-de-obra. Sem usarmos herbicidas, precisamos de ter alguém que monde, que tire as ervas daninhas que estão a competir com as nossas plantas. Isso sai caro. Por outro lado, tudo é produzido no seu tempo, os produtos não são criados à força e com rapidez. No biológico, pensamos na planta e no solo. É preciso tempo e trabalho manual. Temos três trabalhadores a tempo inteiro e outros eventuais, quando é preciso para a colheita ou para a monda”.

São muitas as variedades de couves, frutas e de outras verduras que saem da Quinta do Mitra, onde há sempre a preocupação de inovar “de ter alguma coisa diferente e apelativo para os chefes da alta cozinha, porque somos também fornecedores de um hotel de cinco estrelas e a exigência é alta”. Mas o trabalho compensa.

A jovem recém licenciada, que em 2006 regressou à terra natal, e que conseguiu arrastar consigo o marido algarvio, que abandonou as próteses dentárias para mexer na terra, não voltaria atrás.

“Também o meu marido não troca isto por nada. Costuma dizer que antes era branco, enfiado numa bata dentro de um consultório, agora pode ser preto, porque está no campo de manhã a noite”.

- 1 **Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 – Folheto de divulgação da FAO**
http://agriculturafamiliar.dgadr.pt/images/docs/Recursos/Folheto_AIAF_2014__FAO.pdf
- 2 **Apresentação do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 — UNESCO — Coordenação de Portugal — Folheto de Divulgação**
http://agriculturafamiliar.dgadr.pt/images/docs/Recursos/Brochura_Unesco.pdf
- 3 **The State of Food and Agriculture 2014 - Innovation in family farming — outubro/2014**
<http://www.fao.org/3/a-i4040e.pdf>
- 4 **CAP 2014-2020 Tools to Enhance Family Farming: Opportunities, HENNESSY, Thia, European Parliament's Committee on Agriculture and Rural Development, 2014**
http://agriculturafamiliar.dgadr.pt/images/docs/Recursos/IPOL_AGRI_NT_2014_529051_EN.pdf
- 5 **Family Farming in Europe: Challenges and Prospects, DAVIDOVA, Sophia; THOMSON, Kenneth, European Parliament's Committee on Agriculture and Rural Development, 2014**
http://agriculturafamiliar.dgadr.pt/images/docs/Recursos/IPOL_AGRI_NT_2014_529047_EN.pdf
- 6 **Executive Summary on Public Consultation - "The role of family farming, key challenges and priorities for the future" – European Commission - 2013**
http://ec.europa.eu/agriculture/consultations/family-farming/summary-report_en.pdf
- 7 **Family Farming — EU Rural Review nº 17, November 2013**
http://enrd.ec.europa.eu/app_templates/enrd_assets/pdf/publications-and-media/eu-rural-review/PublicationENRDperiodical-17_en.pdf
- 8 **What is a small farm? European Commission - EU Agricultural Economic Briefs, Brief nº 2 – July 2011**
http://agriculturafamiliar.dgadr.pt/images/docs/Recursos/What_is_a_small_farm_02_en.pdf
- 9 **Resolution adopted by the 66th Session of the United Nations General Assembly (66/222) — International Year of Family Farming, 2014, December, 2011**
http://agriculturafamiliar.dgadr.pt/images/docs/Recursos/declaracion_IYFF_2014_UNU_ingles.pdf



Internet

- RRN – Rede Rural Nacional <http://www.rederural.pt/>
- DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural <http://www.dgadr.mamaot.pt/>
- GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral <http://www.gpp.pt/>
- PDR2020 – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente www.pdr-2020.pt
- PRORURAL+ – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores <http://prorural.azores.gov.pt/pac2013.aspx>
- PRODERAM 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira <http://www.sra.pt/PRODERAM/index.php>
- IFAP I.P. – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas <http://www.ifap.min-agricultura.pt/>
- Programa Portugal2020 – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP) <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura <http://www.cna.pt/>
- CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL - <http://www.confagri.pt/Pages/WelcmePage.aspx>
- CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal <http://www.cap.pt/>
- ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local <http://www.animar-dl.pt/>
- Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local <http://www.minhaterra.pt/>
- REDR – Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (2007-2013) <http://enrd.ec.europa.eu/>
- Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 - AIAF 2014 – Portugal <http://agriculturafamiliar.dgadr.pt/>
- Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 - AIAF 2014 – FAO <http://www.fao.org/family-farming-2014/pt/>
- Campanha do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 <http://www.familyfarmingcampaign.net/en/home>
- Plataforma de Camponeses da Comunidade dos países de Língua Portuguesa (PCCPLP) <http://www.pccplp.com/index.html>
- Fórum Rural Mundial <http://www.ruralforum.net/Default.asp?id=en>
- European Parliamentary Research Service — Future of small farms <http://epthinktank.eu/2014/02/15/future-of-small-farms/>

